

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

O TIRO E AS SOCIEDADES DE ATIRADORES EM SÃO BENTO DO SUL, SANTA
CATARINA: ASPECTOS HISTÓRICOS DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL.

WILSON DE OLIVEIRA NETO

Joinville

2010

WILSON DE OLIVEIRA NETO

O TIRO E AS SOCIEDADES DE ATIRADORES EM SÃO BENTO DO SUL, SANTA
CATARINA: ASPECTOS HISTÓRICOS DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL.

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Patrimônio Cultural e
Sociedade da Universidade da Região de
Joinville – UNIVILLE como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Mestre em
Patrimônio Cultural e Sociedade.
Orientadora: Prof^a Dr^a Sandra Paschoal
Leite de Camargo Guedes.

Joinville

2010

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

O48	Oliveira Neto, Wilson de O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul, Santa Catarina: aspectos históricos de um patrimônio cultural. / Wilson de Oliveira Neto ; orientadora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes .-- Joinville: UNIVILLE, 2010. 104 f. : il. ; 30 cm Orientadora: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville). 1. São Bento do Sul. 2. Patrimônio histórico e cultural - Preservação. 3. Memória e identidade. 4. Tiro (Esporte) – Imigração alemã. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. II. Título. CDD 363.69
-----	--

TERMO DE APROVAÇÃO

O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul, Santa Catarina: aspectos históricos de um patrimônio cultural.

por

Wilson de Oliveira Neto

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville.

Profª Drª Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)

Profª Drª Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora

Profª Drª Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dr. Euler Renato Westphal
(UNIVILLE)

Profª. Dra. Nadja de Carvalho Lamas
(UNIVILLE)

Profª Drª Janice Zarpellon Mazo
Membro Externo (UFRGS)

Joinville, 21 de maio de 2010.

Dedico este trabalho a duas pessoas que são parte significativa da minha vida: meu avô, Wilson de Oliveira, que permanece vivo em minha memória; minha esposa Juliana Francine de Aguiar, pois somente seu amor, carinho, cumplicidade e paciência fizeram com que eu não desistisse.

AGRADECIMENTOS

Somente quem já passou por um curso de Mestrado sabe o quanto é especial este espaço da Dissertação que agora se abre. Assim, sem mais delongas, o autor deseja um milhão de obrigados para as seguintes instituições e pessoas: à Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE pela bolsa concedida, que permitiu o pagamento de boa parte das despesas decorrentes do Mestrado; à Prof^a Dr^a Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes pela amizade, orientação e paciência dispensadas ao autor; aos membros da Banca Examinadora, os professores Dr. Euler Renato Westphal, Dr^a Janice Zarpellon Mazo e Dr^a Nadja de Carvalho Lamas; aos corpos discente (turma I) e docente do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE, em especial o Aderbal, o Eduardo, o Julio Cesar e o Valdir; aos alunos e colegas do Colégio Global (São Bento do Sul, SC), meu local de trabalho desde 2006, destacando-se sua diretora e proprietária Cleyde Rejane Tremi Skiba, cujo apoio financeiro e paciência com autor ajudaram a diminuir as dificuldades inerentes ao trabalho acadêmico; aos meus familiares, registro aqui a minha gratidão, especialmente à tia Miriam que, ao longo dos dois anos de Mestrado, procurou mimar o autor; por último, mas não menos importante, à Juliana Francine de Aguiar, meu amor, minha esposa e meu porto seguro.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE SIGLAS	10
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
1. O PATRIMÔNIO CULTURAL	18
1.1 As origens do conceito de patrimônio cultural	19
1.2 O patrimônio cultural a partir da Revolução Francesa	23
1.3 O patrimônio cultural nos contextos dos séculos XX e XXI	27
1.4 O esporte como patrimônio cultural	32
2. O TIRO ESPORTIVO NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ	36
2.1 As origens e características do tiro esportivo no Brasil	36
2.2 A imigração no Brasil	38
2.3 A imigração alemã	41
2.4 O associativismo teuto-brasileiro e o tiro esportivo	47
3. A PRÁTICA DO TIRO ESPORTIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL	52
3.1 A fundação da Colônia Agrícola São Bento	53
3.2 A Colônia Agrícola São Bento durante o final do século XIX	56
3.3 O tiro esportivo no município de São Bento do Sul: da fundação ao fechamento da <i>Schützenverein São Bento</i> (1895 – 1942)	59

3.4 A retomada do tiro esportivo em São Bento do Sul após 1945	77
3.5 Tradições e adaptações	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

LISTA DE FIGURAS

1. A geografia da imigração alemã no sul do Brasil, p. 44.
2. Atiradores da *Schützenverein São Bento*, provavelmente, após uma competição de tiro de rei, p. 64.
3. Atiradores da *Schützenverein São Bento* provavelmente após uma competição, p. 65.
4. Atiradores da *Schützenverein São Bento*, p. 66.
5. Militares alemães, p. 67.
6. Atiradores da *Schützenverein São Bento* possivelmente após uma disputa de tiro de rei. Ao centro, em primeiro plano e em frente à bandeira do clube, o Rei. Atrás dele, ao redor do porta-bandeira, os Príncipes, p. 68.
7. Paul von Lettow-Vorbeck, General alemão da Primeira Guerra Mundial, p. 68.
8. Cartaz de propaganda alusiva ao alistamento de voluntários para o ANZAC, p. 69.
9. Flagrante da cerimônia de colocação da pedra fundamental da sede própria da *Schützenverein São Bento*, p. 71.
10. Outro flagrante da cerimônia de colocação da pedra fundamental, p. 72.
11. Rei e Príncipes do tiro. Atrás deles, um exemplo de alvo-trofeu, p. 74.
12. Convivas de um baile alusivo à Festa do Tiro de Rei, promovido pela *Schützenverein São Bento*, p. 76.
13. Cena de uma competição de bolão em São Bento do Sul, p. 78.

14. Flagrante de desfile alusivo à festa do tiro de rei, p. 79.
15. Outro aspecto do mesmo desfile alusivo ao tiro de rei, p. 80.
16. Flagrante de desfile alusivo à festa do tiro de rei em São Bento do Sul, p. 81.
17. A geografia do tiro esportivo em Santa Catarina, p. 88.

LISTA DE SIGLAS

1. ACIBS – Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul.
2. AHSBS – Arquivo Histórico de São Bento do Sul.
3. ARSIPER – Associação Recreativa Sicap / Tuper.
4. ASBETS – Associação São-Bentense de Tiro Seta.
5. FCCTE – Federação Catarinense de Caça e Tiro Esportivo.
6. ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais.
7. MPCS – Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.
8. ONU – Organização das Nações Unidas.
9. SGDSB – Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento.
10. UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
11. UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estudar o tiro esportivo e as sociedades de atiradores no município de São Bento do Sul, Santa Catarina. Para isso, foi adotada a seguinte metodologia: revisão bibliográfica, pesquisa documental e crítica e cruzamento das informações coletadas nas etapas anteriores. O tiro esportivo é praticado em São Bento do Sul desde o final do século XIX. Em torno dele são agregadas práticas e representações que influenciam na história e na identidade de seus praticantes. Nesse sentido, tanto o tiro quanto as sociedades de atiradores em São Bento do Sul são patrimônios culturais deste município.

Palavras-chave: patrimônio cultural; tiro esportivo; São Bento do Sul.

ABSTRACT

The aim of this study is the Sport shooting in São Bento do Sul, Santa Catarina. For this, we adopted the following methodologies: literature review, archival research and synthesis of information collected. The shooting sports are practiced in São Bento do Sul since the late nineteenth century. Around him are associated practices that influence the history and identity of its practitioners. In this sense, the shooting sports is a cultural heritage of São Bento do Sul.

Key words: cultural heritage; shooting sports; São Bento do Sul.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar os aspectos históricos da prática do tiro ao alvo e das sociedades de atiradores em São Bento do Sul (SC). Nesse município, o esporte é praticado, oficialmente, desde o final do século XIX, quando, em 1895, foi fundada a sua primeira agremiação de atiradores, denominada *Schützenverein São Bento*.

O tiro esportivo é praticado no Brasil desde o começo dos oitocentos. No sul, a atividade foi introduzida a partir da colonização alemã (KRAUS, 2005). Nas colônias, os imigrantes alemães e seus descendentes nascidos no país praticavam o esporte em sociedades conhecidas como *Schützenverein*. Em municípios catarinenses, tais como Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville e São Bento do Sul, muitas dessas agremiações centenárias continuam a existir e deveriam ser consideradas parte dos patrimônios culturais desses locais. Acredita-se que o registro do tiro como patrimônio cultural de muitas cidades de Santa Catarina ainda não tenha sido feito por falta de um entendimento da íntima relação existente entre esporte e cultura, o que tentaremos fazer nessa dissertação. Apesar das semelhanças existentes na prática do tiro ainda hoje entre os diferentes municípios citados, esta dissertação enfocará o caso específico de São Bento do Sul, cidade colonizada, principalmente, por imigrantes de língua alemã e localizada no planalto norte do Estado de Santa Catarina, objeto de nossa pesquisa.

A respeito do termo patrimônio cultural é válido explicitarmos o que entendemos por ele. Nesse sentido, mobilizamos a definição feita por Vogt (2008, p. 14), segundo o qual patrimônio cultural constitui:

[...] o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico.

O tiro e as sociedades de atiradores se enquadram nessa definição, já que, ao longo da história das regiões de colonização alemã, a prática desse esporte foi um dos meios pelos quais a identidade e a memória dos seus habitantes foram constituídas (SEYFERTH, 1999). Em São Bento do Sul, por exemplo, eles são associados aos costumes e à história dos grupos de língua alemã que colonizaram a região a partir da segunda metade do século XIX.

A relação entre as práticas desportivas e o patrimônio cultural é reforçada pelo o que se entende hoje por esporte. Segundo Stigger (2009 e 2002), o esporte e o lazer não são aspectos à parte da vida das pessoas. Ambos são apropriados pelos seus praticantes, ao ponto de exercer influência sobre os seus respectivos estilos de vida. Costumes, hábitos, memórias e opiniões têm no esporte e lazer algumas das suas referências. Esse ponto de vista não é exclusivo desse autor, sendo reforçado por outros estudiosos, tais como Guedes (2010) e Lucena (2001).

Um exemplo contemporâneo a esse respeito é a prática do skate, esporte que o autor deste trabalho praticou durante boa parte da sua infância e por toda a sua adolescência. “Andar” de skate não significava apenas se reunir com um grupo de amigos em uma pista ou mesmo em uma rua para, nestes locais, executar as mais variadas “manobras”. Em torno desses encontros se desenvolveram linguagens e objetos que serviam de identidade entre os skatistas. Tal como em outros esportes,

como por exemplo, o Jiu-Jítsu, um estilo de vida foi constituído. Esse, por sua vez, servia de parâmetro para indicar quem era adepto do esporte ou não. E mais: guiava a maneira com a qual os praticantes de skate se relacionavam com as demais pessoas¹. Nesse sentido, é importante frisar que o esporte é um bem cultural que não está necessariamente ligado a naturezas étnicas, tal como, inicialmente, o tiro esportivo no sul do Brasil esteve relacionado.

Essas e outras referências serão expostas e discutidas no decorrer deste trabalho, de caráter qualitativo e cuja metodologia consistiu de revisão bibliográfica, consulta a documentos escritos, orais e visuais, e da posterior crítica e cruzamento dos dados coletados durante a revisão bibliográfica e pesquisa documental.

Com relação às fontes orais, salientamos que foram constituídas de entrevistas semi-estruturadas e gravadas, com atiradores e atiradoras são bentenses, onde buscamos coletar dados referentes à trajetória do tiro esportivo em São Bento do Sul, bem como acerca do seu panorama contemporâneo no município.

Baseamos nossos procedimentos na metodologia da História Oral proposta por Meihy (2005), que consiste na seleção dos depoentes, transcrição, conferência e autorização livre e esclarecida para a utilização das mesmas. Foram entrevistadas nove pessoas, sete homens e duas mulheres, adultos entre trinta e setenta anos de idade. Priorizamos o contato com indivíduos que tivessem uma íntima relação com o tiro esportivo em São Bento do Sul, como por exemplo, Arnaldo Harms – atirador e um dos fundadores do Clube de Tiro Águia Negra – e Tânia Maria Besen Barg – atiradora e uma das primeiras rainhas do tiro de rei na Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”.

¹ Para um maior aprofundamento das dimensões socioculturais do skate é oportuno citar o estudo feito por Améstica *et. al.* (2006).

Os resultados obtidos foram expostos e discutidos ao longo dos próximos três capítulos. O primeiro aborda o conceito de patrimônio cultural. Tal como no passado, o tiro ao alvo faz parte do estilo de vida de seus praticantes e, através das suas práticas e representações, é um dos pilares de sua identidade cultural. Nesse sentido, é correto afirmar que esse esporte é uma forma de patrimônio cultural, mesmo que ainda não consagrado pelo poder público. Assim, o primeiro capítulo procurará discutir o que é patrimônio cultural, através da historicidade que este conceito possui. Pois, se hoje o leque de bens patrimoniais é amplo e abrange diversas manifestações, isso se deve a um processo histórico. Já no segundo capítulo, é contextualizada a prática do tiro esportivo no Brasil através da análise das suas origens históricas. Nesse sentido, damos ênfase à relação entre esse esporte e a colonização alemã ocorrida no sul do Brasil, a partir dos oitocentos. Foi nesse contexto que surgiu o município de São Bento do Sul e com ele a introdução do tiro esportivo. Por último, no terceiro capítulo, examinamos a trajetória do tiro nesse município. Através dela, procuramos, entre outras coisas, verificar e analisar as continuidades e mudanças em torno desse esporte centenário.

É importante frisar que as relações entre as sociedades de atiradores e as identidades culturais são recorrentes em diversos trabalhos que abordam a colonização alemã no sul do Brasil, como por exemplo, as investigações feitas por Fouquet (1974), Ferreira e Abreu (2005), Seyferth (1981, 1999 e 1999a), Zimmer (1994), Kita (2000) e Petry (1982). Contudo, salvo uma pequena parcela desses trabalhos, a maior parte examina as sociedades de atiradores entre o século XIX e a década de 1940, época em que ocorreram a Campanha de Nacionalização (1938) e a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, também temos a intenção de avançar

temporalmente e refletir como que no contexto do mundo contemporâneo os clubes de tiro se constituem.

O PATRIMÔNIO CULTURAL

Entendemos por patrimônio cultural todo e qualquer bem material ou imaterial produzido pelo homem ou pela natureza, cujo reconhecimento e preservação são fundamentais na manutenção das identidades e memórias dos grupos em que ele está inserido (VOGT, 2008).

As práticas desportivas se enquadram nessa definição, pois desde o mundo antigo o esporte é uma atividade que exerce grande influência sobre o homem. Um exemplo a esse respeito são os Jogos Olímpicos. Mark Whitaker (2009) informa que, por volta de 800 a.C, era costume entre os habitantes próximos à região de Olímpia (Grécia) celebrar o final das colheitas com corridas à pé, que eram disputadas em homenagem aos deuses Zeus e Hera. Com o tempo, esses eventos deram origem às Olimpíadas.

Os Jogos Olímpicos foram além dos seus objetivos religiosos e esportivos originais. No auge desse festival, atingido por volta do começo do século V a.C, as competições duravam cinco dias e eram disputadas por atletas oriundos de toda a Hélade. Segundo Whitaker (2009), as provas eram acompanhadas por uma legião de espectadores. Para o autor, os Jogos Olímpicos se tornaram tão enraizados entre os gregos antigos, que seus atletas acabavam se dedicando integralmente à prática desportiva. Ele afirma que, ao contrário do que é comumente difundido, esses esportistas possuíam uma rotina de treinos que é próxima daquilo que hoje classificamos como atletas profissionais.

A civilização grega era obcecada pelo esporte – e os Jogos Olímpicos estavam longe de ser amadores [...]. Os melhores corredores e lutadores acumulavam vastas somas de dinheiro e conquistavam a fama eterna. Quase todos se dedicavam exclusivamente às competições e a performance campeã era perseguida a qualquer preço – na Grécia antiga, não existiam segundos ou terceiros lugares (*Ibidem*, p. 10).

A obsessão grega pelo esporte é reforçada pelo fato de que, o próprio calendário grego tinha como uma das suas referências os Jogos Olímpicos. Ou seja, a noção de tempo para os povos helênicos estava ligada, entre outras coisas, ao esporte. Como ensina Le Goff (1996), a forma com a qual registramos a passagem do tempo, através dos calendários, diz muito sobre quem somos, pois neles anotamos aquilo que é significativo para nós.

Mesmo que não o pratiquemos, afirma Guedes (2010), o esporte faz parte do nosso cotidiano e, para muitos, exerce influência sobre os seus respectivos estilos de vida. Há uma dimensão patrimonial em torno das atividades desportivas. Assim, torna-se importante aprofundarmos a discussão sobre o que é patrimônio cultural, conceito ao qual o esporte está inserido.

1.1 As origens do conceito de patrimônio cultural.

A palavra patrimônio deriva do latim *patrius*, sendo este, por sua vez, originário de *pater* e *monium* ou, simplesmente, *patrimonium*. De qualquer forma, trata-se de um termo jurídico, oriundo do antigo direito romano, relacionado com a herança paterna e o poder masculino, pátrio (FUNARI e PELEGRINI, 2006; MAGALHÃES, 2005).

A sociedade romana era patriarcal. Ou seja, a sua organização girava em torno da figura masculina. Isso fica evidente quando examinada a sua instituição

familiar. Independente se ela era de origem patrícia ou plebeia, seu chefe era um homem, o *pater familias*. Esse, por sua vez, tinha domínio pleno e absoluto sobre os membros da família que chefiava. Inclusive, poderes de vida ou de morte. No entanto, a família romana difere em muito da família nuclear ocidental contemporânea, formada a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII. Para os romanos, a família englobava a esposa, os filhos, os escravos, os animais domésticos e os bens móveis e imóveis. Tudo isso pertencia ao *pater familias*, tornando-se o seu *patrimonium*, o qual poderia ser legado a outrem por testamento, inclusive a esposa e os filhos (FUNARI, 2002). A posse de *patrimonium* predominava entre a elite patrícia romana, formada pelas *gens* (famílias) tradicionais de Roma.

Com a difusão do Cristianismo e a formação da Igreja Católica, durante o final da Antiguidade, entre os séculos IV e V, o caráter elitista do conceito de patrimônio sofreu alterações. Na Idade Média (476 – 1453), ele passou a ser algo coletivo e religioso. Nesse contexto, tornaram-se patrimônios da cristandade as práticas religiosas, as relíquias, os templos e os santuários. Através do Catolicismo, deu-se a unidade da Europa centro-ocidental, uma região, na época, fragmentada politicamente e ameaçada pelos bizantinos e muçulmanos. Diferente de Roma, onde o patrimônio estava relacionado com a propriedade individual, o patrimônio na Europa centro-ocidental medieval estava ligado a uma identidade religiosa independente das fronteiras políticas desta região (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Apesar de possuir ligações com os mundos antigo (greco-romano) e medieval (Europa centro-ocidental), o conceito de patrimônio cultural começou a ser construído durante a Idade Moderna (1453 – 1789). A esse respeito, é interessante acompanhar o ponto de vista de Choay (2001) acerca do assunto. Para ela, o

nascimento do conceito de monumento histórico, do qual o patrimônio cultural descende, ocorreu durante o Renascimento italiano, na época do *Quattrocento*². A autora discorda das interpretações que situam esse fato em períodos mais remotos, como por exemplo, a Antiguidade e o Medievo. Ela argumenta que, embora existisse certa prática preservacionista, isso não foi decorrente de um projeto deliberado de preservação. Além disso, no caso da Idade Média, a conservação de bens patrimoniais foi motivada pelo uso, pela reutilização destes como depósitos, fortificações ou moradias.

O Renascimento foi um movimento artístico e intelectual que propôs uma renovação da cultura europeia à luz da razão e da retomada da cultura clássica greco-romana. Seu ponto de partida foi a península Itálica, durante o século XIV. Dessa região, as ideias renascentistas se espalharam pelo resto da Europa centro-ocidental em épocas distintas, variando seus conteúdos regionalmente (DANIELS e HYSLOP, 2004).

Portanto, não é de estranhar que ocorreu, a partir do Renascimento, a valorização da cultura clássica, conforme constatou Choay (2001). Ler obras e colecionar objetos oriundos do mundo antigo mediterrânico, entenda-se Grécia e Roma, foram práticas obrigatórias para aqueles que visavam se identificar com os ideais renascentistas. O acesso aos textos greco-romanos foi ampliado a partir da invenção da imprensa de tipos móveis no Ocidente, pelo ourives alemão Johannes Gutenberg. Já o colecionismo de antiguidades, foi impulsionado pelo desenvolvimento das formas de coleta, catalogação e estudo dos mesmos. Naquele tempo, surgiram técnicas que, mais tarde, deram origem às ciências auxiliares da

² Tradicionalmente, a história do renascimento na península Itálica (atual Itália) está organizada em três períodos, os quais são: *Trecento*; *Quattrocento*; *Cinquecento*. Eles correspondem, respectivamente, aos séculos XIV, XV e XVI (DANIELS e HYSLOP, 2004).

História, como por exemplo, a Numismática – referente à coleção e ao estudo de medalhas e moedas antigas (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Magalhães (2005) observa que, essa sociedade, autodenominada moderna, começou a investir grandes somas de dinheiro na identificação, recuperação e investigação de todo e qualquer vestígio da Antiguidade Clássica. Em consequência, surgiu entre os séculos XVI e XVII o Antiquariado. Segundo Choay (2001), os antiquários formaram uma rede de pesquisadores que alcançou toda a Europa. A paixão pelo mundo antigo reuniu homens vindos de diversos setores da sociedade europeia, como por exemplo, aristocratas, burgueses, letrados e religiosos. Tinham como fonte de inspiração a cidade de Roma e seus respectivos tesouros. Seus estudos produziram inúmeros trabalhos sobre os mais diversos aspectos da Antiguidade. Para tanto, os antiquários desenvolveram diversas metodologias de pesquisa, tais como a Epigrafia e a Numismática. Funari e Pelegrini (2006) acrescentam que, o Antiquariado foi um fenômeno que ocorreu tanto nas grandes áreas urbanas da época, como por exemplo, a cidade de Roma, quanto nas cidadelas e aldeias localizadas no interior do continente europeu.

A criação do Estado nacional moderno – instituição política constituída a partir do final do Medievo, por volta do século XIV, que, na Europa centro-ocidental era caracterizada pela monarquia absolutista (DANIELS e HYSLOP, 2004) – foi uma etapa importante no desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural. Até o final da Idade Média, em uma Europa centro-ocidental fragmentada politicamente, a unidade ocorria através da religião ou das relações pessoais de fidelidade, como por exemplo, a suserania e a vassalagem. O aparecimento do Estado moderno trouxe uma nova forma de unidade entre o sujeito e a instituição estatal. Nessas circunstâncias, os bens patrimoniais se tornaram um dos meios utilizados para

articular essa relação. Contudo, isso não aconteceu da noite para o dia. Até o final do século XVIII, as nações da Europa, especialmente aquelas situadas na sua região ocidental eram Monarquias Dinásticas, baseadas no Direito Divino dos Reis, através do qual a autoridade do monarca era absoluta e legítima, pois este era um representante de Deus na terra.

1.2 O patrimônio cultural a partir da Revolução Francesa.

É consenso entre os estudiosos, tais como Choay (2001), Funari e Pelegrini (2006), que a Revolução Francesa (1789 – 1799) foi crucial no desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural. Durante o período, foram criados na França os primeiros instrumentos legais destinados à identificação, salvaguarda e difusão do patrimônio histórico-cultural.

A partir de 1789, a unidade entre o povo francês passou a ter como referência uma cultura e história comuns. A seleção, a preservação e a difusão de um conjunto de bens históricos foram um dos meios encontrados pelo governo da época para celebrar e difundir essas novas referências identitárias (CHOAY, 2001; FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Ao interpretar esse contexto, Choay (2001) alerta que, é comum, sempre que nos referimos à Revolução Francesa, ressaltarmos a destruição material e a violência que permearam esse processo. Em compensação, prossegue a autora, “a obra de proteção do patrimônio francês permanece em geral desconhecida” (**Ibidem**, p. 95). Já em 1790, os primeiros documentos oficiais acerca do patrimônio cultural francês foram publicados. Foi também por essa época, que a expressão monumento histórico surgiu no território francês. De acordo com Le Goff (1996),

tanto a memória quanto a história são baseadas em dois tipos de materiais, os documentos e os monumentos. Para ele, os documentos são vestígios do passado selecionados pelos historiadores. Já os monumentos históricos, são heranças do passado, testemunhos voluntários de outrora.

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] (**Ibidem**, p. 535).

Além disso:

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (**Ibidem**, 1996, p. 536).

A relação entre Estado e patrimônio cultural não ficou circunscrita à França revolucionária. Daniels e Hyslop (2004) lembram que, após o término das Guerras Napoleônicas (1799 – 1815), a geografia política europeia foi reorganizada, através do Congresso de Viena (1815). Entre outras deliberações, decidiu-se que, as fronteiras entre os países europeus seriam restauradas à época anterior a 1789. Junto com isso, também foram reconduzidas ao poder as dinastias depostas por Napoleão e seus aliados, como por exemplo, os Bourbons na Espanha e na França. Havia, portanto, no Congresso de Viena um clima de hostilidade às ideias liberais e nacionalistas. Contudo, era tarde. A expansão das doutrinas nacionalistas pela Europa oitocentista defendia que povos com a mesma cultura e história deveriam

viver juntos sob um mesmo Estado nacional. Nesse pano de fundo, o patrimônio seria um dos elos entre os cidadãos que habitariam esses países.

Hobsbawm (1997) analisa que, essa foi uma época em que diversas tradições nacionais foram inventadas, com o objetivo de legitimar os processos políticos que os países da Europa estavam sofrendo. Um dos exemplos que ele cita é o Império Alemão, fundado em 1871, sob a liderança do Reino da Prússia. A elaboração de um discurso historiográfico e a seleção de bens patrimoniais foram fundamentais para a concretização da unificação dos Estados alemães. Hobsbawm (1997) lista diversos exemplos de medidas tomadas pelo governo imperial alemão nesse sentido, tais como a difusão de textos historiográficos através de livros e selos postais, bem como a construção de edifícios e monumentos que, segundo o autor, enriqueceram os arquitetos e artistas envolvidos. As *Schützenvereine* existentes na Alemanha dessa época são parte desse processo, pois, elas eram símbolos de uma tradição alemã existente há séculos e que estava presente em todo o território imperial. E mais: foram um dos vetores para a difusão da cultura militarista prussiana, que predominou sobre o território alemão após 1871 (CAMPBELL, 1976). Daí, sua importância para as colônias teuto-brasileiras, pois, as sociedades de atiradores e suas tradições eram um dos meios pelos quais os seus associados mantinham suas ligações culturais com a Alemanha (SEYFERTH, 1999). Contudo, cabe reforçar que, a invenção de tradições nacionais, durante os oitocentos, não foi exclusiva do Império Alemão e nem do continente europeu. É importante destacar que, o patrimônio cultural foi uma das peças-chaves nesse contexto, pois ele foi um dos meios pelos quais as tradições nacionais poderiam ser expressas, visualizadas e mantidas.

Esse fato coincide com o desenvolvimento metodológico da História que, durante os oitocentos, afirmou-se como uma ciência (TÉTART, 2002). Para isso, os historiadores criaram um repertório de métodos e técnicas que permitiriam ao pesquisador o máximo de precisão possível no estudo do passado. Nesse sentido, foi formada uma hierarquia de temas e de fontes legítimas para o estudo da história. Somente com a existência do documento escrito e oficialmente reconhecido, a história poderia ser escrita. Tratava-se, naquele momento, da fundação da instituição histórica (CHARTIER, 2009).

Com o patrimônio ocorreu algo parecido. Sua relação com o Estado fez com que os seus bens girassem em torno de objetos concretos, como por exemplo, construções, estátuas e obras de arte, que deveriam, acima de tudo, representar a grandeza do Estado. Com isso, objetivava-se que o indivíduo, ao se deparar com eles, fosse impregnado de um sentimento de pertencimento a uma coletividade que possuía uma história e cultura comum. Essa representação acerca do patrimônio estava intimamente ligada a um jogo de poder, no qual os grupos dominantes, por meio dos bens patrimoniais, impunham referências culturais, históricas e memorialísticas que legitimavam sua hegemonia. Em consequência, naquele momento, a determinação do que era ou não patrimônio coube a uma elite intelectual formada por especialistas, como por exemplo, arquitetos, artistas plásticos, eruditos, historiadores e juristas (FUNARI e PELEGRINI, 2006; VOGT, 2008).

Embora o continente europeu seja o epicentro dessa tendência acerca do patrimônio cultural, durante o século XIX, outras regiões do mundo foram influenciadas por ela, como por exemplo, o Brasil. Apesar de a legislação brasileira acerca do patrimônio histórico ganhar força política apenas a partir da década de

1920, as preocupações com a elaboração de uma identidade nacional remontam às Regências (1831 – 1840) e ao Segundo Reinado (1840 – 1889). A implantação abrupta e sem o apoio popular do regime republicano no Brasil, em 15 de novembro de 1889, acelerou esse processo. Pois, naquele momento, era necessário criar referências que aproximassem a República dos cidadãos brasileiros (CARVALHO, 1990). Daí, o surgimento de monumentos e nomes de ruas em homenagem aos heróis republicanos, como por exemplo, do até então ilustre desconhecido Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Essa visão acerca do patrimônio cultural atingiu seu apogeu entre 1914, início da Primeira Guerra Mundial, e 1945, término da Segunda Guerra Mundial. A destruição causada, especialmente, pelo segundo conflito, aliada à internacionalização do debate sobre os bens patrimoniais fizeram com que, a partir da segunda metade do século XX, o conceito de patrimônio cultural fosse revisto e ampliado.

1.3 O patrimônio cultural nos contextos dos séculos XX e XXI.

A primeira metade do século XX foi um período marcado pela ocorrência de dois conflitos mundiais. Juntos, somaram um total aproximado de 65 milhões de mortos. Grosso modo, tanto a Primeira quanto a Segunda Guerras Mundiais foram conflitos motivados pelo acirramento da corrida imperialista entre as potências industriais da época, bem como da radicalização das doutrinas nacionalistas vigentes, principalmente, na Alemanha, na Itália e no Japão (DANIELS e HYSLOP, 2004).

As raízes da Primeira Guerra Mundial, também conhecida como Grande Guerra, ligam-se a um período conhecido como *Belle Époque* (Bela Época), situado entre 1870 e 1914. Foi um tempo de euforia e prosperidade econômica na Europa. No entanto, por trás desse otimismo se escondia uma crescente tensão entre as potências industriais desse continente, especialmente a partir de 1870 e 1871, quando, respectivamente, foram fundados os Estados italiano e alemão. As pretensões econômicas e nacionalistas desses dois países abalaram a Doutrina do Equilíbrio Europeu, nome dado ao arranjo político acertado entre as nações que venceram Napoleão Bonaparte, em 1815. A partir daí, foi uma questão de tempo para que um novo conflito europeu estourasse. Assim, foi nesse contexto que a Primeira Guerra Mundial foi iniciada, em 1914. A Alemanha e seus aliados capitularam em 1918, pondo fim a quatro anos de guerra na Europa, na África e na Ásia (DANIELS e HYSLOP, 2004). A Primeira Guerra Mundial causou um enorme trauma entre os europeus. Pois, até então, nunca um conflito militar tinha atingido proporções tão grandes e inesperadas. Havia, portanto, um esforço para que algo assim nunca mais voltasse a acontecer. Foi com essa intenção que a Liga das Nações foi criada, em 1919. Sua fundação se deve ao esforço de Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos entre 1913 e 1921 (HOBSBAWM, 1995).

No que concerne ao debate sobre o patrimônio cultural, a criação da Liga das Nações foi importante. Através da sua Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, as discussões sobre a salvaguarda dos bens patrimoniais extrapolaram as fronteiras nacionais. Nesse sentido, Zanirato e Ribeiro (2006) indicam que, a Conferência Internacional de Atenas, em 1931, foi um marco significativo naquele contexto, pois, com a Carta de Atenas, foi publicado o primeiro documento de caráter internacional que tratou da proteção do patrimônio cultural.

A Liga das Nações fracassou e não conseguiu evitar o início da Segunda Guerra Mundial. A causa imediata desse conflito foi o ataque alemão à Polônia, em 1º de setembro de 1939. Porém, as desavenças territoriais mal resolvidas na Europa central, bem como o expansionismo japonês no Extremo Oriente também contribuíram para com o seu desencadeamento.

Após o encerramento do conflito, a comunidade internacional fundou a Organização das Nações Unidas – ONU, em substituição à Liga (ou Sociedade) das Nações. Entre os seus diversos campos de atuação, encontram-se a ciência, a cultura e a educação. Para tanto, foi criada, em 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial fez com que a atuação dessa agência da ONU se tornasse urgente.

Foi a partir dessas circunstâncias que começou a ocorrer uma série de eventos (que acontecem até hoje) com os objetivos de discutir a ideia de patrimônio cultural e de estabelecer orientações para a comunidade internacional no tocante às relações entre patrimônio e sociedade. Dialogando com governos e organizações não-governamentais de vários países, as conferências, convenções e cartas promovidas e redigidas pela UNESCO ampliaram o conceito do que é patrimônio, especialmente a partir da introdução das definições de patrimônios natural e imaterial (esta última, também conhecida como intangível).

O patrimônio natural pode ser definido como uma área apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso, a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possa analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. Uma área natural protegida é um laboratório de pesquisa que possibilita estudar as reações da dinâmica da natureza em si. Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à

condição de patrimônio pode apresentar beleza cênica ou, ainda, ser fundamental para o desenvolvimento de processos naturais, como ocorre com o mangue, responsável pela reprodução de microrganismos que servem de base da cadeia alimentar (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006, p. 256).

As primeiras menções em âmbito internacional sobre o patrimônio natural foram feitas em 1956, através de debates promovidos pelo Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais – ICCROM, uma organização intergovernamental que, com o apoio da UNESCO, dedicou-se ao tema. Durante as décadas seguintes, o debate em torno do patrimônio natural ampliou. Isso se deve a dois fatores, os quais são: a ocorrência constante de eventos e de publicações internacionais sobre o assunto; o crescimento, em nível mundial, das preocupações sobre o meio ambiente (**ibidem**).

Em se tratando de UNESCO, os eventos e publicações sobre o patrimônio imaterial ou intangível ganharam espaço a partir das últimas duas décadas do século passado. Nesse sentido, Vogt (2008) estabelece como marcos desse debate a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México, em 1985; a publicação da **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**, em 1989; o desenvolvimento do Programa Tesouros Vivos, a partir da Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, em 2001; a publicação da **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, em 2003. Nesse último, foi formalizada uma definição acerca do que a UNESCO compreende por patrimônio imaterial ou intangível.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de

geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4).

Vogt (2008) interpreta essa definição como o complemento a outro documento produzido pela UNESCO, em 1972, a **Convenção do patrimônio mundial**. Nela, havia referências somente aos bens patrimoniais tangíveis, visto como uma herança cultural da humanidade. Cavalcanti (2008) tem uma visão otimista a respeito da **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial** (UNESCO, 2003). De acordo com ela, a discussão feita nesse documento é dotada de forte influência antropológica. Isso fez com que a definição de patrimônio imaterial presente na publicação abra espaço para as mais diversas manifestações culturais existentes no mundo. Para ela, há uma grande sintonia entre o que defende a UNESCO e o que pensa o governo brasileiro sobre o patrimônio imaterial ou intangível. Contudo, cabe lembrar que, as reflexões no Brasil sobre o assunto são mais antigas que as da UNESCO. Acerca disso, Cavalcanti (2008) nos lembra que, na década de 1920, no contexto do Modernismo, já havia referências sobre os bens patrimoniais não-materiais. Tanto ela quanto Vogt (2008) recordam que, em 1937, foi criado no Brasil o primeiro órgão público da América Latina voltado para a identificação, preservação e divulgação do patrimônio histórico-cultural: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN que, em 1970, passou a ser denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural abriu caminho para que diversas atividades humanas pudessem ser consideradas bens patrimoniais. Entre elas, encontra-se o esporte.

1.4 O Esporte como patrimônio cultural.

O esporte não se constitui apenas como uma atividade física desenvolvida em um determinado espaço e mediada por um conjunto de regras. Apesar de, muitas vezes, o senso comum separar esporte e cultura, as práticas desportivas são fenômenos socioculturais, junto aos quais são agregadas ações e ideias que, além de fazer parte do cotidiano dos seus praticantes, influenciam o estilo de vida dos mesmos. Tal como o lazer, ele não é um aspecto à parte da vida dos seus adeptos (STIGGER, 2009 e 2002). Guedes (2010) reforça essas ideias no sentido de que, a prática desportiva faz parte de nossas vidas e pode influenciar em muitas decisões que tomamos no cotidiano.

Entre os atiradores são-bentenses isso é um fato comum. Para Lisandro Fendrich (2009), o tiro é uma tradição de família, iniciada com o seu bisavô. Sua memória familiar está relacionada com esse esporte, tanto que, quando foi rei do tiro, ele procurou contar um pouco da história da sua avó, através do alvo-trofeu (placa) em que a prova do tiro de rei é disputada. Nele, foi pintada a casa em que ela nasceu. É no espaço das sociedades de atiradores que estão os seus melhores amigos. Seu cronograma de atividades é organizado de acordo com o calendário da Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”, agremiação da qual é sócio.

Natural de Santo Amaro da Imperatriz (SC), Tânia Maria Besen Barg (2009) conta que, mudou-se para São Bento do Sul em virtude do trabalho de seu marido, o médico Hans Joachim Barg. Na época em que ela veio morar no município, o tiro esportivo foi muito importante, pois ela pode conhecer pessoas e formar um novo círculo de amizades. A atiradora prossegue e comenta que, participar de um clube de tiro foi crucial para ela se envolver com a cidade que, no começo, detestava. O

entrosamento dela foi tanto que, tornou-se destaque em competições locais e estaduais. Junto com isso tudo, o tiro é para a depoente uma atividade familiar, porque, durante muito tempo, os Domingos eram reservados à prática deste esporte, que tem no seu marido, bem como no seu filho, dois outros adeptos.

O esporte é um bem cultural. Atualmente, esse fato ganha relevância na medida em que autores, como por exemplo, Burke (2003) e Hall (2006), destacam o esporte como um dos meios pelos quais as identidades culturais são construídas. Um exemplo disso pode ser visto no município catarinense de São Bento do Sul, cuja identidade é baseada em traços da cultura alemã. Nesse contexto, explica Zimmer (1994), as sociedades de atiradores e seus respectivos eventos são elementos usados na afirmação e manutenção dessa identidade. Vale lembrar que, a relação entre esporte e cultura não é recente. Em Roma, por exemplo, a luta entre gladiadores era a prática desportiva mais popular entre os romanos, que compareciam em peso às disputas. Apesar da violência que envolvia esse esporte e da manipulação política existente em torno dele, a luta entre gladiadores tinha um caráter pedagógico, em que valores importantes para os romanos, tais como coragem, força, honra e justiça, eram evidenciados (FUNARI, 2002).

Compreendemos a cultura como um sistema simbólico criado e compartilhado entre as pessoas, conforme explica Geertz (2008). Esse sistema, por sua vez, é dinâmico e varia no tempo e no espaço, além de influenciar diretamente na forma com a qual os indivíduos vêem e atuam no meio em que estão inseridos (LARAIA, 1995). Com o esporte, ocorre o mesmo. Ambos são apropriados pelas pessoas, que atribuem e eles diversos significados, os quais servem de referências para as suas vidas particulares e coletivas. Estudos recentes no campo da Educação Física reforçam a relação entre esporte e cultura. Através deles, é possível perceber como

as práticas e representações desportivas influenciam na construção, afirmação e manutenção de identidades culturais dos grupos nos quais elas ocorrem. A guisa de exemplo, destacamos o associativismo desportivo no município de Porto Alegre (RS), entre a segunda metade do século XIX e o final da década de 1930. As primeiras agremiações desportivas porto-alegrenses foram fundadas por membros da sua comunidade teuto-brasileira, a partir de meados dos oitocentos, quando já havia passado as primeiras etapas da imigração alemã na região, em um momento em que os teuto-brasileiros começavam a dinamizar a sua vida social. Através da prática esportiva, aquelas agremiações se constituíram em espaços de representação da identidade cultural desse grupo étnico. Na prática, isso ocorria de várias maneiras, como por exemplo, através do uso escrito e oral da língua alemã e da adoção de heróis e símbolos oriundos da Alemanha (MAZO e GAYA, 2006).

A ligação entre esporte e identidade em Porto Alegre não ocorreu apenas entre os imigrantes alemães e os seus descendentes. Mazo e Frosi (2009) constataram que, as sociedades desportivas também foram locais em que a comunidade luso-brasileira de Porto Alegre afirmou suas referências culturais. Inclusive, elas serviram de fronteiras entre os grupos étnicos luso e teuto-brasileiros da região. Inicialmente, os portugueses e seus descendentes estiveram reunidos em torno do turfe. Mais tarde, durante o início do século XX, apropriaram-se da prática do remo, até então, um esporte associado à comunidade teuto-brasileira.

A importância sociocultural das instituições esportivas em Porto Alegre (RS) também é destacada por Coertjens, Guazzelli e Wassermann (2004). De acordo com eles, durante a década de 1930, os dirigentes do Club de Regatas Guahyba – Porto Alegre (GPA) emitiram um discurso nacionalista, através de suas revistas, publicadas em 1930 e 1938. Desde a sua fundação, o GPA atuava como uma típica

agremiação desportiva teuto-brasileira. Ele oferecia diversas modalidades esportivas, como por exemplo, o remo. A partir da década de 1930, o Estado brasileiro foi tomado por um discurso nacionalista, que era contrário à existência de identidades culturais que não fossem oficialmente brasileiras. O ponto alto desse pensamento foi atingido durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945 (D'ARAÚJO, 2000). Esse contexto refletiu na adoção de um discurso nacionalista por parte dessa agremiação. Contudo, contrapõe Mazo (2007), mesmo durante esse período e a despeito da Campanha de Nacionalização (1938), as associações desportivas em Porto Alegre (RS) continuaram a ser espaços em que as identidades culturais dos seus associados eram manifestadas. Aliás, segundo a autora, o associativismo étnico porto-alegrense resistiu à nacionalização. É importante frisar que, essas características arroladas até aqui não são exclusivas do associativismo desportivo porto-alegrense. Em Santa Catarina, por exemplo, as práticas associativas também foram meios pelos quais as identidades de seus membros eram manifestadas e mantidas, especialmente, nas áreas de colonização alemã. Klug (1994) e Seyferth (1981) são ricos em exemplos de como as escolas, as igrejas, a imprensa e as instituições teuto-brasileiras serviram na construção e manutenção da identidade de seus membros.

Ao cruzarmos esses dados com o que se entende hoje por patrimônio cultural, reforçamos a idéia de que o esporte também é uma forma de patrimônio cultural. Pois, é também através dele, que identidades e modos de vida são constituídos e mantidos. O patrimônio cultural é justamente isso, bens materiais ou imateriais, cuja identificação e preservação são significativos para a vida dos grupos sociais em que eles estão inseridos, tais como o tiro e as sociedades de atiradores.

O TIRO ESPORTIVO NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

2.1 As origens e as características do tiro esportivo no Brasil.

O tiro esportivo é praticado no Brasil desde o começo do século XIX (GARRIDO, 2005). Foi através dele que o Brasil conquistou as suas primeiras medalhas em jogos olímpicos, durante as competições que ocorreram na Antuérpia (Bélgica), em 1920 (KRAUS, 2005). Junto com isso, a fundação dos Tiros de Guerra e a construção de estandes foram um dos meios utilizados pelos militares brasileiros para expandir o Exército pelo território nacional, durante o começo do século XX (CARVALHO, 2005).

“O Tiro é uma modalidade de esporte em que o atirador deve acertar o alvo o maior número de vezes. Os alvos podem ser fixos ou móveis, variando o tamanho e a distância, o que determina a modalidade em questão”, explica Kraus (2005, p. 303). Conforme a autora, o tiro no Brasil é praticado em locais específicos, conhecidos como clubes de tiro. Trata-se, de um esporte que faz parte dos jogos olímpicos desde o primeiro certame moderno, ocorrido em Atenas (Grécia), em 1896. Basicamente, o tiro está organizado em quatro grandes modalidades, as quais são: armas curtas, armas longas, tiro ao prato e tiro prático. Essas, por sua vez, variam internamente e, como por exemplo, no caso das armas longas, podem ser praticadas com armas de fogo ou de ar comprimido (KRAUS, 2005).

As raízes do tiro desportivo estão fincadas na Europa centro-ocidental medieval. Ele descende das antigas corporações de atiradores que defendiam as cidades europeias do período. Grosso modo, a Idade Média foi caracterizada naquela região pela descentralização política e pela sociedade ruralizada. Não havia um poder central responsável por fornecer uma infraestrutura defensiva. Assim, as poucas cidades que existiam na época tinham de providenciar a sua própria defesa contra ameaças externas. Há aproximadamente oitocentos anos, já havia grupos de atiradores em diversos locais do continente, como por exemplo, a Bélgica. Eles usavam armas seteiras, tais como o arco e a besta. Mas, com o desenvolvimento da pólvora no ocidente, elas foram substituídas pelas primeiras armas de fogo portáteis (CASTRO e BITTENCOURT, 1991). A função defensiva das corporações de atiradores entrou em declínio no início da Idade Moderna, durante o século XV, quando surgiram os primeiros exércitos nacionais. Entretanto, nem tudo era guerra. Na Alemanha, por exemplo, durante a primavera, os atiradores promoviam festas e torneios de tiro ao alvo. Nessas ocasiões, o campeão era declarado o “rei do tiro” (HERKENHOFF, 1984 e PETRY, 1982).

Quanto aos primórdios do esporte no Brasil, há uma controvérsia. Kraus (2005) afirma que, os imigrantes alemães introduziram o tiro no país durante o século XIX. Porém, Garrido (2005) acredita que, a prática do tiro ao alvo já ocorria na cidade do Rio de Janeiro (RJ) desde a década de 1810, quando se atirava nas dependências da Academia Real Militar. Juntamente com a esgrima, a ginástica, o hipismo e a natação, o tiro fazia parte da formação militar da Escola Naval e do Colégio Militar, ambos também situados no Rio de Janeiro. Fora isso, o tiro ao alvo era uma forma de passatempo entre membros da elite civil dessa cidade, onde em

meados dos oitocentos foi fundada a *Société du tir a la carabin*, cujos sócios eram, principalmente, imigrantes (GARRIDO, 2005).

Independente dessa controvérsia, é grande a importância da imigração alemã para a difusão do tiro no Brasil. Especialmente para a região sul do país, onde foi instalada a maioria das colônias alemãs. Nelas, o tiro ao alvo era praticado em sociedades esportivas, conhecidas como *Schützenvereine* (sociedades de atiradores).

2.2 A imigração no Brasil.

Tradicionalmente, a fundação da Colônia de Nova Friburgo (RJ), em 1818, é considerada o marco inicial da imigração para o Brasil. Ela foi intensificada a partir de 1850, quando passou a ser responsabilidade dos governos provinciais. Estima-se que, entre 1820 e 1970 tenham emigrado para o país aproximadamente 5.600.000 pessoas. O ápice desse processo foi atingido durante o decênio 1890 – 1899, quando ocorreu a maior entrada de imigrantes no território brasileiro. A partir da década de 60, do século passado, o fluxo de imigrantes começou a cair, encerrando-se oficialmente, a imigração em 1970 (SEYFERTH, 1990). Contudo, isso não quer dizer que, a partir daquele ano, foi proibida a entrada de estrangeiros no Brasil; 1970 assinala o fim da imigração como política de Estado, iniciada durante as primeiras décadas do século XIX.

Predominou no Brasil a vinda de imigrantes de origem latina, espanhóis, italianos e portugueses. Para termos uma ideia da intensidade do fenômeno imigratório, entre 1830 e 1930, cerca de 50 milhões de homens e mulheres deixaram a Europa, já que, a emigração foi uma das respostas encontradas por asiáticos e

europeus para a busca de uma vida melhor que não era possível nas suas regiões de origem (CARNIER Jr, 2000). Tanto a Europa como o Japão sofriam de graves problemas socioeconômicos que foram agravados pelo excedente populacional e pela industrialização que provocaram o êxodo rural, o aumento desenfreado da área urbana, da criminalidade, de doenças e da pobreza (DANIELS e HYSLOP, 2004).

Seyferth (1990) reforça que, a maioria dos imigrantes que entrou no Brasil foi assentada em colônias situadas nas regiões Sudeste e Sul, principalmente no Estado de São Paulo. Essa distribuição geográfica está relacionada diretamente com os objetivos que a imigração teve no país. Embora variem nos detalhes apresentados, destaca-se que a imigração no Brasil foi motivada, principalmente, por duas razões, as quais são: a) substituir a força de trabalho escrava na agricultura; b) europeizar e branquear a população brasileira (ALENCASTRO e RENAUX, 1997; OBERACKER Jr, 1969; SEYFERTH, 1990). Porém, outros fatores podem ser acrescentados, como por exemplo, a ocupação de áreas desocupadas, a produção de alimentos através da pequena propriedade e a defesa das áreas limítrofes do Brasil.

Esses motivos influenciaram no tipo de imigrante desejado pelo governo brasileiro da época, bem como para que região ele fosse direcionado. De acordo com Alencastro e Renaux (1997), as discussões políticas acerca do imigrante ideal foram iniciadas antes mesmo da independência do Brasil. Elas retrocedem aos tratados assinados entre Inglaterra e Portugal em 1810, os quais estipularam, entre outras coisas, a abolição do tráfico de escravos para a América Portuguesa. Se o candidato à imigrante viesse com o objetivo de trabalhar nas lavouras de café, situadas na região Sudeste (inicialmente, o vale do rio Paraíba, mais tarde, o oeste paulista), este poderia ser oriundo de qualquer nacionalidade. Porém, caso o

imigrante interessado em vir ao Brasil não fosse encaminhado para o Sudeste, deveria preencher os pré-requisitos culturais e étnicos desejados pela burocracia imperial.

Tanto para ela quanto para os intelectuais brasileiros da época, a imigração fazia parte de um processo civilizatório da sociedade brasileira. Para tanto, deveriam emigrar europeus brancos e, preferencialmente, católicos. Afinal, a religião oficial do Brasil oitocentista era o Catolicismo. Alencastro e Renaux (1997) associam essas ideias com o contexto científico e político do século XIX.

Na época, acreditava-se que, a humanidade era formada por quatro grandes raças, amarela, branca, negra e vermelha. Cada uma delas tinha suas características específicas. Além disso, havia uma hierarquia evolutiva entre elas. Ou seja, existiam raças superiores e inferiores, sendo condenada a miscigenação entre elas. Nesse contexto, a raça branca era a mais evoluída. O critério usado nessa classificação era o grau de desenvolvimento cultural e econômico de seus povos. Sendo os cientistas que formularam essa interpretação a respeito da humanidade de origem europeia e norte-americana, não é de se estranhar que a raça branca tenha sido considerada a mais evoluída entre as demais (DA MATTA, 1993, MAGNOLI, 2009 e SEYFERTH, 1986)³.

Diante desses objetivos, os imigrantes que desembarcaram no Brasil, a partir da década de 1850, seguiram dois destinos distintos. Aqueles que entraram pela região Sudeste, através do porto da cidade de Santos (SP), foram encaminhados às propriedades rurais produtoras de café, localizadas, principalmente, no oeste do Estado de São Paulo. Lá, nos regimes de assalariamento e de parceira, substituíram paulatinamente a mão-de-obra escrava nas lavouras cafeeiras. Já aqueles que

³ Na época, o fenômeno da pobreza também era interpretado através do viés biológico. O surgimento da Eugenia na Inglaterra oitocentista, por Francis Galton foi um desdobramento desse contexto, tal como constatou Black (2003).

desembarcaram em um dos diversos portos situados no sul do Brasil, foram direcionados às Colônias situadas nos interiores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essas, por sua vez, poderiam ser empreendimentos públicos ou privados; povoadas por uma ou mais nacionalidades. Nesses lugares, os colonos-imigrantes ocuparam regiões que poderiam ser virgens ou não e, através do regime de pequena propriedade familiar, deram origem a comunidades com características próprias, que mesclaram traços culturais brasileiros e estrangeiros. Entre as diversas nacionalidades que participaram desse processo, encontra-se a alemã.

2.3 A imigração alemã.

A fundação da Colônia de São Leopoldo (RS), em 1824, é considerada o marco inicial da imigração alemã no Brasil. Contudo, Seyferth (1999b) afirma que, em 1818 foi criado um núcleo colonial dessa nacionalidade na Bahia. Chamava-se, Colônia Leopoldina, em homenagem à Arquiduquesa do Império Austro-Húngaro, primeira esposa de D. Pedro I e Imperatriz do Brasil. Independente desses fatos, o importante é destacar que foi durante o começo da primeira metade dos oitocentos que a imigração alemã iniciou no país, embora as maiores levas de imigrantes dessa nacionalidade tenham vindo durante o final do século XIX. Ela durou mais de cem anos, sendo encerrada, oficialmente, no final da década de 1960 (GREGORY, 2000).

Contudo, falar sobre imigração alemã antes de 1871, ano este em que foi concluído o processo de unificação dos Estados alemães e fundado o Império Alemão, é um problema. Até o final do século XIX, não havia unidade política e cultural entre os alemães. Essa divisão era acentuada pelo predomínio de duas

Igrejas cristãs no território da atual Alemanha, a Católica e a Luterana, esta última surgida durante os seiscentos (DANIELS e HYSLOP, 2004). Nesse sentido, entendemos por imigração alemã a vinda para o Brasil de homens e mulheres oriundos da Europa central, mais precisamente da região onde hoje está localizada a Alemanha. Na época em que as levadas de imigrantes alemães começaram a chegar ao Brasil, a Alemanha, tal como conhecemos hoje, não existia. Em seu lugar, havia diversos Estados pequenos, influenciados pelo Império Austro-Húngaro ou pelo Reino da Prússia. Assim, os primeiros alemães a desembarcarem no país eram bávaros, prussianos, renanos, entre outros. As diferenças entre esses grupos eram acentuadas através dos costumes, da língua e da religião.

A esse respeito, vale citar um exemplo. São Bento do Sul (SC) surgiu a partir de uma colônia agrícola criada pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a mesma empresa que foi responsável pela fundação da Colônia Dona Francisca (Joinville, SC), em 1851. Aliás, a Colônia Agrícola São Bento, como será exposto no próximo capítulo, surgiu de Dona Francisca. Nessa, predominavam colonos alemães luteranos, oriundos da região ocidental da Alemanha. Já em São Bento, a maioria dos colonos assentados era católica e vinda da Europa centro-oriental, em áreas de população de fala alemã. Nesse sentido, são comuns na historiografia e no memorialismo são-bentenses referências aos constantes estranhamentos culturais entre colonos de Dona Francisca e de São Bento (FICKER, 1973; PFEIFFER, 1997).

Entretanto, as razões para que esses grupos, formados basicamente por camponeses, emigrassem eram praticamente as mesmas. Sobre isso, é oportuna a descrição do contexto histórico, europeu até 1871, feita por Seyferth (1999b). De acordo com a autora, a emigração foi estimulada por fatores sócio-econômicos, políticos e propagandísticos.

A emigração era atraente. Seduzidos pela propaganda, os emigrantes viam nesse processo a possibilidade de uma vida melhor e, principalmente, do acesso à propriedade da terra. No Brasil, os imigrantes eram encaminhados às Colônias situadas, majoritariamente, nos interiores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Essas, conforme mostra a figura 1, poderiam ser empreendimentos públicos ou privados. Além disso, conforme Gregory (2000), no que tange ao poder público, a partir de 1850, a responsabilidade de criar colônias ficou a cargo dos governos provinciais.



Figura 1: a geografia da imigração alemã no sul do Brasil. Fonte: Magalhães (2004).

É consenso entre os estudiosos, que as Colônias alemãs públicas ou privadas seguiam certo padrão, independente da região em que estavam instaladas. Elas eram formadas por uma sede, conhecida como *Stadtplatz*, de onde partiam duas ou três picadas ou linhas que davam acesso aos lotes adjacentes que tinham, em média, 25 hectares. Os empreendimentos coloniais foram criados ao longo de grandes rios, o que permitiu o aproveitamento de recursos hídricos para a lavoura e

o transporte (ALENCASTRO e RENAUX, 1997; GREGORY, 2000; MAGALHÃES, 2004; SEYFERTH, 1999b e 1990).

As antigas colônias alemãs no sul do Brasil cresceram e deram origem à diversos municípios sulinos de pequeno e médio portes, como por exemplo, Marechal Cândido Rondon (PR), Blumenau (SC), Joinville (SC), São Bento do Sul (SC) e São Leopoldo (RS). Ainda hoje, nesses locais, mantém-se uma relação com a cultura e o passado alemães. Isso acontece de várias maneiras, tais como as festas “típicas” e o associativismo étnico.

Autores, como por exemplo, Ficker (1964 e 1973) ou Oberacker Jr. (1969), costumam enaltecer a trajetória dos primeiros imigrantes alemães assentados no Brasil. Há um “quê” de épico nas narrativas produzidas por eles acerca dos primórdios da colonização alemã no território brasileiro. Esse discurso foi retomado recentemente por Magalhães (2004), em seu estudo sobre a presença alemã no Brasil.

Essas interpretações fazem sentido quando examinada a vida cotidiana nas colônias, especialmente durante os seus primórdios. Dessa maneira, a descrição feita por Alencastro e Renaux (1997) é valiosa para conhecermos como viviam os seus habitantes. De acordo com eles, as colônias foram instaladas em regiões interioranas, isoladas e cercadas pela mata virgem. Essa última era habitada por animais silvestres e índios, o que formava um meio ambiente totalmente estranho aos imigrantes. Nesse contexto, as armas de fogo foram, desde cedo, ferramentas indispensáveis a essas pessoas, já que, através delas ocorriam a caça e a defesa das suas colônias. Petry (1982) explica que, essa intimidade com as armas de fogo foi fundamental para o surgimento da primeira agremiação de atiradores em Blumenau. O primeiro passo era o preparo dos lotes para a agricultura e a

construção de uma infraestrutura básica que permitisse a sobrevivência dos imigrantes nas áreas coloniais. A prioridade nas edificações era dada às casas comerciais, aos cemitérios, às direções, às escolas e aos templos. Até 1889, os colonos luteranos não podiam ter templos, mas casas de oração, já que, durante o Império (1822 – 1889), a religião oficial do Brasil era o Catolicismo (FAUSTO, 2003).

O trabalho no campo era realizado através do regime de pequena propriedade familiar, sendo vetada aos imigrantes-colonos a propriedade de escravos. Praticava-se a policultura, com vistas à subsistência dos minifúndios e o estabelecimento de um comércio de pequeno porte. Paralelamente, lembram Alencastro e Renaux (1997), desenvolveu-se nas colônias o artesanato, já que muitos dos seus habitantes eram, na Europa, profissionais qualificados. Em princípio, os bens de consumo eram produzidos em oficinas residenciais. Com o passar do tempo, porém, elas se desenvolveram e deram origem a empresas familiares de médio e grande porte.

O modo de vida nas colônias alemãs no sul do Brasil é caracterizado pelo hibridismo cultural. Para Burke (2003), esse é um fenômeno que pode ser encontrado em todas as dimensões da cultura, sendo o resultado de diversos encontros entre culturas distintas. Ele resulta na criação de novos traços culturais, bem como na afirmação dos já existentes. Embora a expressão hibridismo seja oriunda da Botânica, atualmente ela vem sendo utilizada pelas Ciências Sociais, especialmente por um campo conhecido como Estudos Culturais ou Pós-Coloniais. Para estudiosos, como Burke (2003), não existe uma cultura pura ou única, sendo todas elas resultados de diferentes processos de hibridismo culturais. Algo semelhante a que esse autor discute ocorreu nas colônias alemãs.

Segundo Gertz (1994), ao mesmo tempo em que os imigrantes e seus descendentes se consideravam cidadãos brasileiros, eles defendiam o pertencimento à nacionalidade alemã. Esta era manifestada a partir de laços consangüíneos e de diversas práticas e representações culturais, como por exemplo, o associativismo.

2.4 O associativismo teuto-brasileiro e o tiro esportivo.

É importante frisar que o fenômeno associativo no Brasil não foi algo exclusivo da colonização alemã. Em maior ou menor grau, muitas das nacionalidades que emigraram para esse país desenvolveram diversas práticas associativas. Essas, por sua vez, tinham diversas naturezas: “culturais”, econômicas, esportivas, políticas, profissionais, religiosas, entre outras. Um exemplo disso é a Sociedade Esportiva Palmeiras, existente na cidade de São Paulo (SP). Ela surgiu a partir de uma agremiação ítalo-brasileira denominada Palestra Itália, fundada nesse mesmo município em 1914.

O associativismo desenvolvido pelos imigrantes e seus descendentes nascidos no Brasil foi inspirado nas formas associativas que existiam nos seus respectivos países de origem. Assim, as agremiações, associações, clubes ou sociedades fundadas por eles também serviam de elo cultural entre os seus lugares de origem e as colônias aonde viviam. Eram espaços de etnicidade, de identidade e de memória.

Não há uma data precisa para a criação da primeira instituição teuto-brasileira. Contudo, na medida em que os imigrantes iam sendo assentados e as suas respectivas comunidades constituídas, surgiram as suas primeiras

manifestações associativas. São correntes entre os estudiosos duas hipóteses para o aparecimento desse fenômeno entre os imigrantes e seus descendentes. Conforme Fouquet (1974), o associativismo já era uma prática comum na Alemanha há séculos. Além disso, prossegue o autor, no Brasil, as sociedades teuto-brasileiras foram fundadas com o intuito de suprimir a falta de amparo aos imigrantes por parte do governo brasileiro. Essa última razão é corroborada por Seyferth (1999, p. 26), segundo a qual as associações “surgiram, em parte, para suprir demandas assistenciais não atendidas pelo Estado, da mesma forma que outras instituições comunitárias [...]”.

Ainda hoje, na Alemanha, as práticas associativas são consideradas parte de sua identidade nacional. É o que afirma o **Perfil da Alemanha** (2000), guia publicado em vários idiomas pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal desse país.

De acordo com ele:

Um significado especial para o lazer têm as associações, das quais existem no mínimo 345.000 com 70 milhões de sócios. A vida dos clubes e associações alemães é extraordinariamente pluralista. Quase 25 por cento da população alemã está associada a algum clube esportivo. As associações de canto contam com mais de 2 milhões de filiados. As associações são lugares de encontro para praticantes de tiro ao alvo, filatelistas, criadores de cães, amigos do torrão natal, blocos carnavalescos, horticultores, radioamadores. Nelas todos se ocupam com seu passatempo, mas também cultivam a camaradagem. Associações femininas e juvenis completam o quadro. Algumas associações chegam a ter importância na política local. Nos clubes de tiro ao alvo e nas associações cívicas, encontram-se pessoas das mais diferentes orientações políticas. Assim, são estabelecidos contatos informais, com possibilidade de reflexo na vida comunitária (**Ibidem**, p. 404).

Dentro desse universo associativo, destacam-se os clubes de tiro. Existentes há séculos, durante a década de 1980, somente na antiga Alemanha Ocidental, as

agregações de atiradores contavam com um total de 1 milhão de agregados (TIME-LIFE, 1991).

No exercício das suas funções, as agregações, as associações, os clubes, as instituições, as organizações ou as sociedades teuto-brasileiras agregaram práticas e representações, como por exemplo, o uso escrito e oral da língua alemã, que serviram como um dos alicerces na formação e manutenção das identidades culturais das comunidades em que elas estavam inseridas.

Seyferth (1999) revela que, as primeiras instituições teuto-brasileiras surgiram no meio urbano brasileiro. Elas eram denominadas, genericamente, de Clubes Germânia e estavam ligadas às atividades comerciais e industriais.

Junto com isso:

[...] estas associações celebravam datas históricas alemãs, possuíam bibliotecas com predominância de textos em língua alemã, organizavam apresentações teatrais e de música instrumental e coral privilegiando a tradição alemã. Sob este aspecto, portanto, não se diferenciavam muito das sociedades de Tiro e de Ginástica, apesar destas exibirem mais ostensivamente as práticas esportivas nas suas denominações. As sociedades *Germania*, porém, eram mais do que simples espaços de recreação, sendo consideradas [...] precursoras das câmaras de comércio teuto-brasileiras (*Ibidem*, p. 25).

Com o tempo, outras instituições surgiram e ampliaram o universo associativo teuto-brasileiro com suas naturezas e objetivos distintos. Grosso modo, elas são: *Hilfsvereine* (sociedades de socorro-mútuo); *Kulturvereine* (sociedades de agricultores); *Lesenvereine* (sociedades literárias); *Sängervereine* (sociedades de cantores); *Schützenvereine* (sociedades de atiradores); *Turnvereine* (sociedades de ginastas). A respeito delas, Fouquet (1974) expõe que, a proliferação dessas instituições pelas áreas de colonização alemã foi intensa, pois, até a década de 1930, não existiam muitos obstáculos legais para a constituição dessas entidades.

Inclusive, uma boa parte delas existiu de fato, mas não de direito, já que, na época, elas não precisavam ser registradas como pessoa jurídica. No entanto, isso não quer dizer que o associativismo teuto-brasileiro passou despercebido pelas autoridades públicas. Devido às suas características e ao pensamento político que existia no Brasil durante o final dos oitocentos e a primeira metade do século passado, as entidades existentes nas áreas de colonização alemã eram vistas com receio por parte das autoridades civis e militares da época. As instituições constituídas pelos imigrantes alemães e seus descendentes (teuto-brasileiros) foram interpretadas como um indício de quistos étnicos ou do perigo alemão que pairava sobre o imaginário político brasileiro daquele tempo (GERTZ, 1998 e 1987). Daí, a forte repressão que elas sofreram durante o Estado Novo (1937 – 1945), principalmente, com a Campanha de Nacionalização (1938) e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1945.

As sociedades de atiradores ou *Schützenvereine* estão entre as instituições teuto-brasileiras mais antigas. Uma das primeiras fundadas no Brasil foi a *Schützenverein zu Dona Francisca* (Joinville, SC), em 1855, apenas quatro anos após a criação da colônia onde ela estava sediada. Assim, os clubes de caça e tiro, como também são conhecidos, remontam aos primórdios da colonização alemã no sul do Brasil. Foram criados com objetivos defensivos e sociais. Afinal, a maior parte das colônias estava situada no sertão, envolvidas pela mata virgem habitada por animais silvestres e índios. Nesse meio, a arma de fogo era uma ferramenta, cujo manejo eficiente era mais que necessário (SEYFERTH, 1999).

Além da prática do tiro ao alvo, as *Schützenvereine* desenvolveram várias outras atividades que, segundo Seyferth (1999), promoviam a manutenção do patrimônio histórico-cultural trazido da Europa pelos imigrantes alemães. O ponto

alto delas ocorria durante a época de Pentecostes, quando era celebrada a festa do tiro de rei. Uma festa que, no passado, durava três dias, sendo composta por bailes, banquetes, desfiles e competições de tiro, das quais emergia um Rei do Tiro, cujo reinado durava um ano.

Tal como as demais associações teuto-brasileiras, as sociedades de atiradores foram perseguidas pelas autoridades públicas civis e militares durante as décadas de 1930 e 1940. Em consequência, foram fechadas após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Nesse período, tiveram suas sedes ocupadas por tropas militares e, em certos casos, seu patrimônio material foi depredado. Porém, foram reorganizadas e reabertas após o término do conflito, em 1945. Muitas delas existem até hoje, sendo parte do patrimônio cultural das regiões onde estão inseridas, tal como acontece no município catarinense de São Bento do Sul.

A PRÁTICA DO TIRO ESPORTIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

São Bento do Sul está localizado no planalto norte do estado de Santa Catarina. Com uma área total de 496 km², faz fronteira com os municípios de Campo Alegre, Corupá, Jaraguá do Sul, Rio Negrinho e Piên, este último pertencente ao estado do Paraná. Estima-se que, o município possua uma população de 72.548 habitantes, a maioria localizada no meio urbano (96,2%), embora este seja menor que o espaço rural são-bentense. O primeiro tem 78 km² e o segundo, conta com 418 km². Politicamente, o município está organizado em nove localidades e vinte bairros contemplados com um clima temperado, cuja temperatura média é de 16,40°C (ACIBS e UNIVILLE, 2008).

As origens e a história de São Bento do Sul são semelhantes às de outros municípios do sul do Brasil, colonizados por imigrantes europeus. Especificamente, a fundação de São Bento do Sul está relacionada com a colonização de povos de língua alemã ocorrida no nordeste catarinense, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, destaca-se a fundação da Colônia Dona Francisca, em 9 de março de 1851. Como em outros lugares, Dona Francisca foi um empreendimento colonial promovido e conduzido pela iniciativa privada, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Segundo Ficker (1964), essa empresa foi responsável pelo recrutamento, transporte e assentamento de imigrantes oriundos da Europa central, de língua alemã, onde hoje está localizada a Alemanha. Após desembarcarem no porto da cidade de São Francisco do Sul (SC), essas pessoas

eram conduzidas à Colônia Dona Francisca, instalada em uma área inicial de oito léguas quadradas, próximas ao município de São Francisco do Sul.

Ainda em Ficker (1964), as terras que deram origem a esse empreendimento foram compradas do Príncipe François d'Orléans, filho do rei francês Louis Phillipe. Elas faziam parte do dote nupcial que ele ganhou em virtude do seu casamento com Francisca Carolina, princesa e irmã de D. Pedro II, imperador do Brasil entre 1840 e 1889. Com a queda da monarquia francesa em 1848, François d'Orléans e sua família se refugiaram na Inglaterra. Lá, em dificuldades financeiras, acabou vendendo parte de suas terras para um grupo de empresários liderados pelo senador alemão Christian Mathias Schroeder. Foi a partir delas que surgiu a Colônia Dona Francisca.

3.1 A fundação da Colônia Agrícola São Bento.

Embora, oficialmente, a fundação da Colônia Agrícola São Bento tenha ocorrido no dia 30 de setembro de 1873, o marco histórico que assinala o início do atual município de São Bento do Sul é a distribuição dos primeiros 64 lotes de terras já demarcados a um grupo de setenta colonos-imigrantes de língua alemã oriundo de Dona Francisca, fato este ocorrido sete dias antes, em 23 de setembro (BENTHIEN, 2005; FICKER, 1973).

Da mesma forma que sua colônia-mater, Dona Francisca, e mesmo outros empreendimentos similares, a planta de São Bento era formada por uma sede, chamada de *Stadtplatz*, da qual partiam estradas que davam acesso aos lotes adjacentes. Esses, por sua vez, tinham aproximadamente 30 hectares, com frentes de 200 metros cada (FICKER, 1973). Os lotes ficavam de frente para uma das

estradas que faziam a ligação entre eles e a sede da colônia. Contudo, na época, elas estavam mais para picadas que para estradas, sendo estas a *Murinelliline* e a *Wunderwaldline*. Essas picadas, também chamadas de linhas, formaram o tronco principal dos loteamentos e distanciavam-se cerca de 3.500 metros uma da outra.

A Colônia Agrícola São Bento recebeu esse nome devido ao fato de que ela foi fundada próxima ao vale do rio São Bento (FICKER, 1973). Porém, sua criação não foi apenas decorrente do esgotamento dos lotes em Dona Francisca, bem como do seu excedente populacional. É consenso entre os estudiosos da história dessa região que, desde a segunda metade do século XIX havia um grande interesse por parte da direção de Dona Francisca e do governo da província de Santa Catarina em estabelecer uma ligação terrestre entre o seu litoral nordeste e o planalto de Curitiba (BENTHIEN, 2005; FICKER, 1973; SOARES, 1992).

Sobre o assunto, Ficker (1973) explica que, até o começo da década de 1850, a ligação terrestre entre o litoral nordeste de Santa Catarina e o planalto curitibano era feita através da Estrada Três Barras. Em outubro de 1852, uma equipe de trabalhadores coordenada por Léonce Aubé, na época representante do Príncipe de Joinville, abriu uma picada partindo das terras de Dona Francisca rumo ao norte. Logo, ela ultrapassou os limites da colônia e alcançou a Estrada Três Barras. Durante muito tempo, comenta o autor, a picada aberta pela equipe de Aubé serviu de via para o abastecimento de Dona Francisca. A Estrada Três Barras era precária e de trânsito difícil. A sua importância era grande, pois, através dela, São Francisco do Sul (SC) era abastecido com charque e couro. A construção de uma rota alternativa e com infraestrutura melhor era imprescindível não apenas para Dona Francisca, como também para o próprio nordeste, que o ligaria com todo o restante de Santa Catarina.

Foi a partir dessas circunstâncias que, em 1855, foi retomado o projeto de construção de uma estrada que, atravessando a serra Geral, ao longo do rio Seco, ligaria o litoral ao planalto e há muito tempo solicitado pelo município de São Francisco do Sul. O seu traçado foi estabelecido a partir da expedição de exploração realizada pelo agrimensor e geômetra alemão Carl August Wunderwald, entre outubro e novembro de 1854. Conhecida como Estrada Dona Francisca ou Estrada da Serra, ela levou meio século para ser concluída. Sua construção ocorreu a partir de uma parceria entre a iniciativa privada (Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a mesma responsável pela direção das Colônias Dona Francisca e São Bento) e o poder público (governo da província de Santa Catarina). Oficialmente, a sua construção foi iniciada em 29 de março de 1858 (FICKER, 1973).

Até a sua finalização, as obras em torno da Estrada da Serra trouxeram sérias preocupações, especialmente no que diz respeito às relações entre Santa Catarina e Paraná. Ela concorria com a Estrada Graciosa, outra via comercial que ligava o planalto ao porto da cidade de Paranaguá (PR). A Estrada Dona Francisca era uma ameaça ao controle paranaense sobre os lucros oriundos do comércio de erva-mate e de gado. Para piorar, a região fazia parte de uma área limítrofe disputada entre essas duas províncias, conhecida como Contestado. A querela só foi resolvida definitivamente, em 1917, diante de uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (GUEDES, OLIVEIRA NETO e OLSKA, 2008). A obra de Ficker (1973) é rica em exemplos de choques ocorridos na região decorrentes dessa situação e que envolveram civis e autoridades públicas de ambas as províncias.

Na medida em que a construção da Estrada da Serra ocorria, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo promoveu a ocupação das terras próximas a ela. Um marco importante nesse processo foi a criação de um primeiro núcleo colonial na

região de Campos de São Miguel, em 23 de agosto de 1872. Contudo, devido à má qualidade do seu solo, o empreendimento fracassou logo de início. Em consequência, a frente colonizadora foi deslocada a 16 km a oeste de São Miguel. Ficou situada próxima ao vale de rio São Bento, sendo neste local instalada a Colônia Agrícola São Bento, em 1873 (SOARES, 1992).

3.2 A Colônia Agrícola São Bento durante o final do século XIX.

A maioria dos colonos assentados em São Bento era formada por imigrantes vindos da região nordeste da Alemanha. Contudo, junto com eles, vieram grupos de outras nacionalidades, destacando-se os poloneses. Benthien (2005) destaca que, já nas primeiras levas de imigrantes enviadas a São Bento, encontravam-se poloneses. Esses, tal como a maior parte dos alemães assentados, eram católicos e foram, inicialmente, instalados na Estrada Wunderwald. Lá, falavam o polonês e um pouco de alemão. O contato com a língua portuguesa só ocorreu a partir do momento em que os filhos desses imigrantes iam para a escola, situada no *Stadtplatz*. Grande parte da comunidade polono-brasileira existente em São Bento dos oitocentos estava situada em regiões periféricas, ao longo das Estradas Banhado, das Neves, Dona Francisca, Rio Negro e Wunderwald, além das localidades de Rio Natal e Rio Vermelho (BENTHIEN, 2005).

Independente da nacionalidade, as condições de vida na Colônia Agrícola São Bento, durante os seus primórdios, eram duras. A infra-estrutura era precária, a agricultura não deslanchava e a maioria dos víveres era trazida de Dona Francisca. Mesmo com a construção da Estrada da Serra em curso, a comunicação entre São Bento e o litoral era difícil, arriscada e morosa. Inicialmente, o transporte de

mercadorias e de pessoas era feito por tropeiros e isso encarecia demasiadamente os gêneros vendidos no *Stadtplatz*. Esses fatos somados fizeram com que São Bento fosse palco de choques constantes entre os seus habitantes e a direção da colônia. Ficker (1973) cita exaustivamente exemplos de incidentes, ocorridos durante o final do século XIX, que envolveram os colonos são-bentenses e a direção da colônia, esta, na época, a cargo de Ottokar Doerffel.

De um modo geral, a Colônia Agrícola São Bento, durante o final do século XIX, foi um local assolado por distúrbios políticos e sociais. Além da precariedade material e do custo de vida, o litígio territorial entre Paraná e Santa Catarina volta e meia afetava os moradores desse lugar e contribuía para com o recrudesimento das tensões existentes por lá (**Ibidem**).

Mesmo assim, a colônia cresceu e prosperou. Tanto que, em 10 de junho de 1882, São Bento obteve o status de vila. Quase um ano depois, no dia 21 de maio de 1883, ela se tornou um município, desmembrando-se definitivamente de Dona Francisca / Joinville. Nessa época, conta Soares (1992), a economia da região estava voltada à exploração da erva mate. Ela era colhida no interior do planalto de Curitiba. De lá, chegava a São Bento, de onde partia para Joinville. Nessa cidade, o mate era beneficiado e exportado através do porto de São Francisco do Sul. “Quase 1000 carroções movimentam-se na Estrada da Serra, num constante vai e vem, do desenvolvimento do comércio nas povoações serra acima e do escoamento dos produtos do planalto” (**Ibidem**, p. 30). Entrementes, informa a autora, o corte da madeira era outra atividade econômica importante na região, responsável pela formação, mais tarde, do *cluster* moveleiro em São Bento do Sul.

Ao mesmo tempo em que a região se desenvolvia, surgiram as primeiras manifestações associativas entre os membros da comunidade teuto-brasileira são-

bentense. Antes de completar dez anos de existência, foi fundado em São Bento o seu primeiro clube de leitura. Seu nome era *Lese und Kultur "Glueckauf"* (Sociedade Cultural "Boa Fortuna") e a sua sede estava localizada no salão do vendista Franz Neumann, situado no arraial do Ribeirão Negrinho. Ela foi idealizada e fundada pelos professores Anton Friedrich e Martin Meister. Tratava-se de uma agremiação de cunho cultural, instrutivo e recreativo, onde se discutiam assuntos relacionados à agricultura.

[...] tinha por fim promover a prosperidade em todos os setores da agricultura, ajudar os colonos recém-chegados, aconselhá-los e guiá-los conforme a prática; importar da Europa sementes de trigo, centeio, verduras, etc e comentar, nas reuniões, os artigos publicados nos jornais da época [...]. Uma vez por ano, sempre no primeiro domingo de agosto, procedeu-se um 'Kränzchen' ou reunião festiva social, com a presença dos familiares dos sócios, com música, dança e demais divertimentos (FICKER, 1973, p. 204).

A descrição feita na citação reforça o caráter de auxílio mútuo que o associativismo teuto-brasileiro possuía, tal como discutimos no capítulo anterior. Uma das características das colônias estrangeiras no Brasil foi a falta de amparo público às necessidades dos imigrantes-colonos, segundo constataram Fouquet (1974) e Seyferth (1999). Nessa circunstância, as práticas associativas também procuraram superar esse problema.

Durante o seu primeiro ano de existência, a Sociedade Cultural Boa Fortuna teve um total de vinte e quatro sócios. Porém, ela foi dissolvida quinze anos após sua fundação, em 1896. Não estão claras as razões para esse fato. A única referência a seu respeito existente na historiografia local foi feita por Ficker (1973), segundo o qual, a Sociedade Cultural "Boa Fortuna" foi fechada por motivos políticos.

Porém, o surgimento dessa sociedade não foi um fato isolado em São Bento. Naquele mesmo ano, outras duas instituições teuto-brasileiras foram fundadas na região, a *Liederkrantz*, uma agremiação de cantores situada no quilômetro 86 da Estrada Dona Francisca, e a *Lese-Verein São Bento*, uma sociedade literária em funcionamento até hoje (BLASKOVSKI, 2005; FICKER, 1973).

A respeito dessa última, Blaskovski (2005) afirma que, a Sociedade Literária São Bento, como é chamada hoje, surgiu a partir das dificuldades que os são-bentenses tinham em acessar livros e periódicos, durante as décadas finais do século XIX. Ela foi fundada no dia 15 de outubro de 1881. Atualmente, o clube conta com um total de 132 sócios, sendo 66 homens e 66 mulheres. A faixa etária dos seus frequentadores está situada entre 25 e 34 anos de idade. Blaskovski (2005) constatou um aumento no número de sócios, quando comparado a décadas anteriores. Para ela, isso decorre do baixo custo que os associados têm e da preocupação deles em manter o clube vivo, pois este é considerado por seus sócios um patrimônio cultural do município.

Foi no contexto do final do século XIX, em uma época em que diversas associações foram fundadas no município, que o tiro ao alvo começou a ser praticado em São Bento do Sul. Não há registros sobre os seus primórdios na região. Pfeiffer (1997) recorda que, ele passou a ser praticado informalmente no município durante o final dos oitocentos. Porém, o marco oficial dessa atividade é a fundação da *Schützenverein São Bento*, em 4 de agosto de 1895.

3.3 O tiro esportivo no município de São Bento do Sul: da fundação ao fechamento da *Schützenverein São Bento* (1895 – 1942).

São incertas as razões que levaram à fundação da *Schützenverein São Bento*. Na verdade, há muitos anacronismos e equívocos a respeito desse fato. O primeiro deles, refere-se à crença de que a *Schützenverein São Bento* foi o segundo clube de caça e tiro fundado em Santa Catarina. Não se sabe de onde surgiu essa ideia, porém ela foi divulgada tanto na imprensa local quanto em trabalhos historiográficos ou memorialísticos publicados em São Bento do Sul, durante a década de 1990 (TREML e PREISLER, 1985; SOARES, 1993).

Pfeiffer (1997) afirma que, a fundação da *Schützenverein São Bento* representou para os colonos uma espécie de válvula de escape para o cansaço produzido pelo trabalho cotidiano. Trata-se, de uma interpretação estranha, especialmente, quando levamos em conta que, o associativismo do qual o tiro fazia parte, tanto em São Bento do Sul quanto em outras regiões, possuía um forte caráter disciplinar, diferente da concepção de lazer que se tem hoje⁴.

As associações cumpriam a função de controlar os lazers através de mecanismos de organização interna, como os regimentos e estatutos, que também refletiam fora do espaço associativo, na medida em que o associado deveria manter uma postura idônea para ser aceito na associação. As regras de funcionamento procuravam impedir as bebedeiras, os botequins, a pura e simples ociosidade, atividades consideradas promíscuas e que levavam à improdutividade que o capitalismo renega (FERREIRA e ABREU, 2005, p. 67).

Os sócios-fundadores da *Schützenverein São Bento* foram Adolf Langer, Ambros Pfeiffer, Anton Koenig, Anton Schwarz, August Weber, Bruno Ryssel, Emil Schade, Ernst Brunnquell, Friedrich Lutz, Gustav Hoffmann, Gustav Kopp, Hermann Knop, Jacob Schier, João Herbst, Josef Augustin, Josef Jantsch, Karl Engel, Karl Schubert, Otto Jung, Otto Krause, Paul Zschoerper, Raimund Arndt, Robert

⁴ Para uma discussão acerca do conceito de lazer, recomenda-se a leitura de Stigger (2009).

Striegnitz e Wilhelm Wünsche (PFEIFFER, 1997 e SOARES, 1993). Entre eles, foi eleita a primeira mesa diretora da sociedade, em 15 de dezembro de 1895. De acordo com Pfeiffer (1997), ela teve a seguinte composição: Presidente - Paul Zschoerper; Secretário – Otto Krause; Tesoureiro – Bruno Ryssel; Comandante – Gustav Kopp.

Ao observarmos essa lista de sócios-fundadores, bem como a composição da primeira mesa-diretora, salta aos olhos o caráter étnico da *Schützenverein São Bento*, uma agremiação formada por pessoas de origem alemã. De acordo com Mazo e Gaya (2006), em Porto Alegre (RS), uma das características que fizeram com que o associativismo desportivo teuto-brasileiro nessa cidade fosse um espaço de afirmação e manutenção da etnicidade de seus associados é o fato de que seus fundadores e diretores serem de origem alemã. O mesmo ocorreu em Joinville e Blumenau, quando as suas primeiras sociedades de atiradores foram fundadas, respectivamente, em 1855 e 1859. Petry (1982) revela que, os sócios-fundadores da *Schützenverein Blumenau* faziam parte da comunidade teuto-brasileira daquela região.

Até 1901, a *Schützenverein São Bento* existiu de fato, mas não de direito. Foi em junho daquele ano, que o seu primeiro estatuto foi registrado e publicado. Segundo Pfeiffer (1997), seus artigos foram inspirados no estatuto da *Schützenverein zu Joinville*, fundada em 1855. É possível que, desse fato tenha surgido a conclusão de que ela era a segunda sociedade de tiro mais antiga de Santa Catarina, já que os estatutos foram copiados da agremiação joinvilense, esta sim, uma das mais antigas existentes no Brasil. O funcionamento informal de sociedades teuto-brasileiras foi algo comum, já que até 1930, não existiram grandes exigências legais para a criação de instituições no Brasil (FOUQUET, 1974). De

certa maneira, o surgimento e o funcionamento de organizações comunitárias era um alívio para o governo brasileiro, já que este deixava muito a desejar quanto ao atendimento das demandas por infraestrutura por parte dos imigrantes e de seus descendentes.

Dois anos após sua fundação, em 7 de agosto de 1897, foram instituídos o brasão e a bandeira da *Schützenverein São Bento*. Junto com o uso de uniformes, esses eram costumes comuns aos clubes de caça e tiro espalhados pelo sul do Brasil. Essas práticas foram herdadas das agremiações similares existentes na Alemanha. Via de regra, tanto a indumentária quanto as insígnias adotadas pelas sociedades de atiradores alemães e teuto-brasileiras eram inspiradas na cultura material militar. Segundo Campbell (1976), os clubes de tiro na Alemanha eram espaços de discussões de assuntos militares. Essa característica das sociedades de atiradores foi percebida pelas nações que venceram a Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial. Tanto que, o artigo 177, do Tratado de Versalhes (1919) proibia a formação de reservistas e o ensino militar em estabelecimentos, tais como associações de ex-combatentes, escolas, universidades e clubes de caça e tiro. Também ficava proibido qualquer tipo de ligação entre essas instituições e a *Reichswehr* – nome dado, após 1919, à Força Terrestre alemã. Em português, ele significa algo como Defesa Nacional. Seu efetivo era de 100 mil homens e suas funções eram a manutenção da lei e da ordem, bem como o policiamento das fronteiras alemãs (CAMPBELL, 1976).

Diante desses fatos, não é de estranhar que, no Brasil, as *Schützenvereine*, tivessem um caráter miliciano (SEYFERTH, 1999). Também não é de espantar que, as autoridades brasileiras tivessem receio para com essas organizações. A respeito de Blumenau, Petry (1982) revela que, o governo da província de Santa Catarina se

preocupava com a existência de clubes de caça e tiro no vale do Itajaí. Receava-se que, no caso de um conflito entre autoridades públicas e imigrantes, essas instituições servissem de base para a formação de focos de resistência armada. Foi justamente essa visão acerca das *Schützenvereine* que motivou as intervenções político-militares sobre elas, durante o Estado Novo (1937 – 1945).

Contudo, existem diversos indícios de que, longe de ser uma ameaça à segurança nacional, as sociedades de atiradores prestaram diversos serviços de utilidade pública. Em Joinville (SC), anos antes de o Exército instalar uma guarnição no município, a *Schützenverein zu Joinville*, junto com o corpo de bombeiros e a sociedade ginástica locais, compuseram a primeira forma de defesa e manutenção da ordem naquele lugar. Guedes, Oliveira Neto e Olska (2008) relatam que, durante a passagem da Revolução Federalista por Joinville, foram essas as instituições mobilizadas para a sua segurança. Em Blumenau, durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), foram recrutados voluntários para os corpos de Voluntários da Pátria entre os sócios-atiradores da *Schützenverein Blumenau*. Esses se juntaram aos voluntários joinvilenses, recrutados entre os ginastas da *Deutscher Turnverein zu Joinville*. Reunidos em Desterro (atual Florianópolis, SC), foram incorporados ao 9º Batalhão de Voluntários da Pátria, sob o comando o Tenente-Coronel Joaquim Cavalcanti Albuquerque Bello (GUEDES, OLIVEIRA NETO e OLSKA, 2008; PETRY, 1982). Já no Rio Grande do Sul, o seu primeiro Tiro de Guerra, o Tiro Brasileiro Nº 4, surgiu a partir de uma sociedade de atiradores existente em Porto Alegre (FOUQUET, 1974).

As figuras a seguir reproduzem fotografias, nas quais são retratados atiradores pertencentes à *Schützenverein São Bento*, entre o final dos oitocentos e a

primeira metade do século passado. Embora com temporalidades distintas, os uniformes usados pelos retratados dão unidade temática a elas.



Figura 2: atiradores da *Schützenverein São Bento*, provavelmente, após uma competição de tiro de rei. Acervo: AHSBS.

Na figura 2, é possível ver, no canto esquerdo e em primeiro plano, o rei do tiro ladeado pelos seus príncipes. Em frente deles, há o alvo-trofeu (placa) sobre o qual ocorreu a disputa do tiro de rei. Entre as atividades desenvolvidas pelas sociedades de atiradores, a festa do tiro de rei é a mais importante. Trata-se, de uma celebração anual que reúne os atiradores em torno de almoços, bailes, desfiles e, principalmente, de uma prova de tiro conhecida como tiro de rei. Na época em que a fotografia foi feita, a disputa ocorria da seguinte maneira: cada atirador tinha uma chance de disparar um tiro contra um alvo de madeira. Esse, por sua vez, deveria ter formato redondo, sendo decorado com pinturas sobre os mais variados temas. Nelas, bem escondido, encontrava-se um alvo. O atirador que acertasse o mais próximo a ele levava o título de rei do tiro.



Figura 3: atiradores da *Schützenverein São Bento* provavelmente após uma competição. Acervo: AHSBS.

A figura 3 reproduz uma fotografia que foi feita entre os anos de 1920 e 1929, quando foi inaugurada uma sede nova para a *Schützenverein São Bento*. Chega-se a essa conclusão quando é observado o ano de 1920, pintado no alto da porta de entrada da construção em frente a qual o grupo de atiradores foi retratado. Tal como na figura 2, os atiradores vestem uniformes semelhantes aos utilizados pelos membros das organizações militares. Nesse sentido, chamam à atenção as dragonas sobre as túnicas brancas. Nas Forças Armadas é sobre elas que são postas as insígnias que indicam as patentes dos seus respectivos usuários.

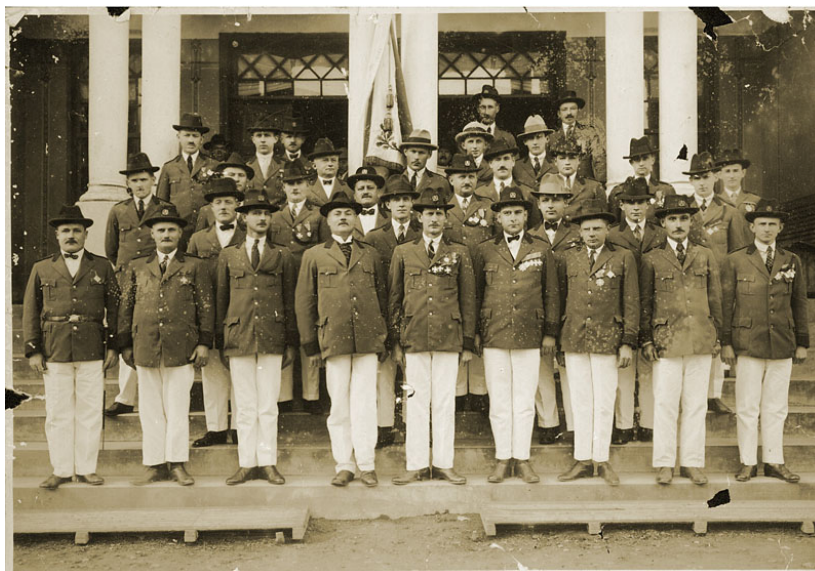


Figura 4: atiradores da *Schützenverein São Bento*. Acervo: AHSBS.

Ainda na figura 4, aparecem os atiradores da mesma *Schützenverein São Bento* usando outro modelo de túnica, provavelmente de cor cinza-esverdeado. Desde a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), essa cor e suas variações são usadas nos uniformes das principais Forças Terrestres do mundo, inclusive pelo Exército alemão, cuja cor padrão dos seus uniformes era o *Feldgrau* ou cinza-esverdeado (fig. 5) (KEEGAN, 2004).

Ainda hoje, o *Feldgrau* é a cor usada nas túnicas dos clubes de tiro alemães (TIME-LIFE, 1981). Na figura 4, também é possível perceber as semelhanças entre as medalhas obtidas nas competições de tiro com àquelas outorgadas aos militares. Inclusive, a distribuição delas sobre as túnicas é idêntica ao estilo castrense: alinhadas sobre o bolso superior esquerdo.



Figura 5: militares alemães durante a Primeira Guerra Mundial. Fonte: Fosten e Marrion (1996).

Outro exemplo de semelhança entre as indumentárias dos atiradores da *Schützenverein São Bento* e dos militares alemães aparece nas figuras 6 e 7. Nesse caso, o que chama a atenção são os chapéus dos atiradores, que lembram aqueles utilizados pelas tropas coloniais alemãs, também durante a Primeira Guerra Mundial (fig. 7).



Figura 6: atiradores da *Schützenverein São Bento* possivelmente após uma disputa de tiro de rei. Ao centro, em primeiro plano e em frente à bandeira do clube, o Rei. Atrás dele, ao redor do porta-bandeira, os Príncipes. Acervo: AHSBS.



Figura 7: Paul von Lettow-Vorbeck, General alemão da Primeira Guerra Mundial. Fonte: Keegan (2004).

Contudo, esse tipo de chapéu não era exclusivo da Força Terrestre da Alemanha. O “chapéu de mateiro”, como é popularmente conhecido, também fazia parte dos uniformes das unidades militares australianas e neozelandesas que faziam parte do Império Britânico e que lutaram contra os alemães, durante a Primeira

Guerra Mundial. Essas tropas eram chamadas de ANZAC – *Australian and New Zealander Army Corps* (fig. 8).



Figura 8: cartaz de propaganda alusiva ao alistamento de voluntários para o ANZAC. Nele, lê-se: “O chamado de Dardanelos. Você não quer vir? Aliste-se agora.” Fonte: Keegan (2004).

As carabinas, os chapéus, as medalhas e as túnicas, além de semelhantes às usadas pelos exércitos da época, dão mostra do caráter marcial e miliciano dos atiradores da *Schützenverein São Bento*. Junto com a prática desportiva, mesclavam-se traços de uma cultura militar típica da Alemanha imperial (1871 – 1914). Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que, essas características materiais estavam presentes nas demais sociedades de atiradores existentes pelo sul do Brasil.

A combinação entre armas de fogo, homens adestrados em seu uso e marcialidade, soou como um alerta entre políticos e militares brasileiros, que viam nela um indício do “perigo alemão”, que pairava sobre as comunidades teuto-brasileiras do Brasil meridional (SEYFERTH, 1999). Segundo Gertz (1998), o “perigo alemão” foi um mito que fazia parte do imaginário político brasileiro e que denunciava a existência de um plano alemão para seccionar o sul do Brasil, através da ação das comunidades teuto-brasileiras nele existentes, apoiadas pelo próprio governo alemão. Ele ganhou força durante os períodos de guerras mundiais, épocas em que o Estado brasileiro se alinhou politicamente e militarmente contra a Alemanha. Mesmo durante o regime nacional-socialista (1933 – 1945), nunca houve tal plano e Gertz (1987 e 1998) deixa isso bastante claro em seus estudos realizados a partir da consulta a arquivos alemães, durante a década de 1980.

A construção da representação sobre o “perigo alemão” foi decorrente dos choques culturais entre imigrantes e população nativa, somada a uma forte propaganda francesa anti-alemã entre os intelectuais brasileiros do final do século XIX e primeira metade do XX. Nesse sentido, é válido lembrar Falcão (1999), para o qual, as tensões entre imigrantes alemães, seus descendentes, populações nativas e autoridades públicas brasileiras remonta ao século retrasado e foram motivadas por estereótipos, preconceitos e manifestações patrióticas de ambas as partes. O ponto alto desses choques foi atingido durante as décadas de 1930 e 1940, nos contextos da Campanha de Nacionalização (1938) e da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

Ao longo da sua história, a *Schützenverein São Bento* esteve sediada em três locais diferentes. A primeira sede foi no Salão Knop, que estava localizado no antigo Caminho Argolo (atual Avenida Argolo), próximo ao Campo dos Rieckes. Lá, havia

“dois alvos, com cobertura de telhas chatas, erguidos na parte de trás da vala escavada no alicerce da colina que lhes servia de soco [anteparo] e com parede em alvenaria de tijolos para resguardar o marcador” (PFEIFFER, 1997, p. 489).

Mais tarde, em 1920, o clube ganhou uma sede nova, já retratada na Figura 3, construída a partir da iniciativa de José Zipperer Filho. De acordo com Soares (1993), ela estava localizada na Estrada Schramm (atual Rua Barão do Rio Branco). Porém, um dos fatos mais marcantes na trajetória da *Schützenverein São Bento* ocorreu em 12 de outubro de 1929, quando foi inaugurada sua sede própria, cujo prédio original ainda existe. Seu endereço é a Rua Rudolfo Klaumann, 264, atrás da sede da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. As figuras 9 e 10 mostram dois flagrantes da sua construção.



Figura 9: flagrante da cerimônia de colocação da pedra fundamental da sede própria da *Schützenverein São Bento*. Acervo: AHSBS.



Figura 10: outro flagrante da cerimônia de colocação da pedra fundamental. Acervo: AHSBS.

Há nas figuras 9 e 10 elementos que merecem ser destacados e comentados. Em primeiro lugar, é possível visualizar a presença dos sócios-atiradores da *Schützenverein São Bento* que, devido à importância da ocasião, estão devidamente fardados. A importância histórica do evento é ressaltada pelos senhores Gustav Kopp e Josef Jantsch. Nas figuras, eles estão localizados à direita da pedra fundamental, vestindo terno e sobretudo escuros. Tratam-se, de dois sócios-fundadores da *Schützenverein São Bento*. Na ocasião, eles eram os últimos remanescentes da geração que fundou esse clube. Inclusive, Para facilitar a identificação deles nas figuras 9 e 10, Josef Jantsch é o ancião de barbas brancas e que está apoiado em um guarda-chuva escuro. Já Gustav Kopp, está à sua direita. Ainda sobre Kopp, vale registrar que ele foi o primeiro comandante (em outros lugares ele é chamado de capitão) da *Schützenverein São Bento*. Grosso modo, ele era responsável por dirigir as aparições públicas dos atiradores, como por exemplo, durante os desfiles. Nessas ocasiões, sua autoridade era inquestionável. Geralmente, o título de comandante não tem uma duração pré-estabelecida e é ocupado por um sócio de destaque do clube.

Em todas essas sedes ocorreram diversas atividades em torno do tiro ao alvo. Até 1938, a modalidade era praticada com carabinas com 8 mm de calibre. Eram armas de grande potência. Daí, a distância de 150 m entre o atirador e o alvo. No ano seguinte, 1939, é que foi adotado o atual calibre de 22 mm. Segundo Trembl e Preissler (1985), naquela época, ao contrário do que ocorre hoje, os atiradores eram responsáveis por produzir a sua própria munição, o que denota certo caráter artesanal do tiro esportivo praticado em São Bento do Sul há décadas atrás.

O ponto alto do calendário das sociedades de atiradores, inclusive da *Schützenverein São Bento*, era atingido durante a celebração da sua *Schützenfest*. Em português, ela é conhecida sob várias denominações, festa de atiradores, festa do tiro de rei, festa do tiro real, entre outras. Há também, pequenas variações regionais quanto ao seu formato, principalmente hoje. Contudo, originalmente, tratava-se de uma grande festa anual, que durava cerca de três dias. Petry (1982) suspeita que ela descenda das antigas comemorações praticadas pelas confrarias de atiradores do Medievo, cuja função defensiva declinou a partir do início da Idade Moderna, quando surgiram os primeiros exércitos nacionais permanentes. “No século 19, destas associações ficaram apenas os folguedos do *Schützenfest*. Sua importância maior consistia na arte e na destreza do tiro. O atirador mais hábil era aclamado o ‘rei’ dos atiradores”, explica a autora (**Ibidem**, p. 24). De acordo com Fouquet (1974), no Brasil, inicialmente, elas ocorriam na época de Pentecostes, durante o primeiro semestre de cada ano.

A *Schützenfest* promovida pela *Schützenverein São Bento* ocorria oito dias após a Páscoa, geralmente no mês de abril. Também durava cerca de três dias, nos quais aconteciam bailes, banquetes, desfiles e, claro, a disputa do tiro de rei. Era uma festividade que envolvia os seus sócios e as suas respectivas famílias, que

compareciam em peso nos almoços, bailes, competições e desfiles. Grosso modo, ele ocorria da seguinte forma: o Rei do ano anterior encomendava a um artesão um alvo-trofeu (fig. 11).



Figura 11: Rei e Príncipes do tiro. Atrás deles, um exemplo de alvo-trofeu. Acervo: AHSBS.

Feito em madeira, o alvo tem o formato redondo e é decorado por pinturas, cujos motivos são escolhidos pelo Rei. Geralmente, eles têm ligação com a história de vida do atirador que o encomendou. Escondido entre a pintura, há um pequeno ponto que deve ser acertado pelo atirador. Ganha a prova o atirador que acertar o mais próximo dele. Esse costume é mantido até hoje na Sociedade de Atiradores “23 de Setembro” (razão social atual da antiga *Schützenverein São Bento*).

O rei vai ilustrar a placa com o motivo que ele bem entender. Ela tem um tamanho padrão, feita em madeira ou MDF. Eu, quando fui rei do tiro, homenageei a minha avó, com a casa na qual ela nasceu. O Ivãneo, agora que ele foi rei, ele homenageou o pai dele, com a serraria que era dele ali quem vai para Joinville, no Rio do Júlio. Então, o rei do tiro escolhe. Eu, se um dia ficar rei novamente, irei homenagear o meu avô, com o local onde ele aprendeu o ofício de padeiro. Pois, a minha Graduação foi paga à base de pão. É uma justa homenagem. Então, o atirador escolhe. Ele irá procurar um profissional que pintará a placa e, no dia do tiro de rei, você irá desenhar à lápis no alvo o local, de difícil localização, para os atiradores acertarem (FENDRICH, 2009, p. 9 – 10).

A placa é mais que um alvo-trofeu. Trata-se de um objeto de memória, uma espécie de monumento (LE GOFF, 1996), que fica exposto em lugares de destaque dentro da sede do clube. Nela, são expostos elementos que falam sobre a história e a identidade do rei. Aliás, esse é um detalhe interessante: é costume entre os atiradores são-bentenses, tanto da carabina calibre 22 apoiada quanto da carabina ar seta, dividirem os custos referentes à confecção da placa. O rei paga 50% do valor. Já cada príncipe é responsável por 25%. Porém, cabe ao rei estabelecer quais motivos serão entalhados ou pintados na placa.

É um único tiro na placa. Você a vê antes de atirar, durante uns quinze minutos, e se distancia dela a uns cinquenta metros. Há nessa placa um alvzinho desenhado em um lugar muito escondido, discretamente. Você não o vê, somente o imagina que está lá e atira. É, na verdade, um tiro de sorte. Não é um tiro de técnica. Esse é um tiro de sorte da festiva do tiro de rei. Já as outras, é bem simples, com preparo, concentração, tem de ter a bala certa, a carabina bem posicionada (BARG, 2009, p. 2).

O vencedor da prova ia para casa. Mais tarde, em desfile, os demais atiradores iam buscá-lo, rendendo-lhe, na ocasião, diversas homenagens. À noite, após a disputa, ocorria um grande baile. Fendrich (2009) recorda que, antigamente, esse era um dos bailes mais importantes de São Bento do Sul. Neles, tanto os homens quanto as mulheres iam impecáveis, com seus melhores trajes. Durante a primeira metade do século XX, os atiradores compareciam com os seus vistosos uniformes. A festa era animada por diversas bandas, entre as quais se destaca a tradicional Banda Treml, presença obrigatória nos eventos da *Schützenverein São Bento / Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”* desde 1913 (TREML e PREISLER, 1985).

A figura 12 reproduz uma fotografia que retrata um desses bailes. Infelizmente, não há muitas informações a seu respeito.



Figura 12: convivas de um baile alusivo à Festa do Tiro de Rei, promovido pela *Schützenverein São Bento*. Provavelmente, entre o final do século XIX e a primeira metade do XX. Acervo: AHSBS.

Devido à sua natureza étnica, bem como às suas características, a *Schützenverein São Bento* foi fechada durante as duas guerras mundiais. Mais precisamente, nos períodos em que o Brasil se envolveu com esses conflitos (1917 – 1918 / 1942 – 1945). Porém, isso não foi um fato isolado. Seyferth (1999) explica que, devido às suas características e ao pensamento político que existia no Brasil durante o final dos oitocentos e a primeira metade do século XX, o associativismo existente nas áreas de colonização alemã era visto com preocupação por parte das autoridades públicas da época. Era interpretado como um indício de “quistos étnicos” ou do “perigo alemão” que pairava sobre o Brasil.

Carlos Augusto Campestrini (2008) revela que, a *Schützenverein São Bento* foi fechada por ordem do poder público, no dia 26 de janeiro de 1942. Ele também relata que, entre 1942 e 1945, a sede dessa agremiação foi utilizada pelo Grupo

Escolar Orestes Guimarães, pelo Tiro de Guerra e por um contingente policial acantonado na cidade. Contudo, o fechamento da *Schützenverein São Bento* não significou a extinção da prática do tiro em São Bento do Sul, já que, após o fim tanto do Estado Novo quanto da Segunda Guerra Mundial, ambos em 1945, o esporte foi retomado no município.

3.4 A retomada do tiro esportivo em São Bento do Sul após 1945.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1945, ocorreu o fim do Estado Novo, quando, em 31 de outubro daquele mesmo ano, o presidente Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar articulado pelo seu ministro da guerra, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro (FAUSTO, 2003). Durante os dezenove anos seguintes, o Brasil viveu sob um período democrático, conhecido genericamente como “República Populista” (1945 – 1964).

Foi nesse pano de fundo que a prática do tiro foi retomada e inovada no município de São Bento do Sul. O marco inicial desse processo foi a reorganização e a reabertura da antiga *Schützenverein São Bento*, que esteve fechada entre 1942 e 1948. De acordo com Pfeiffer (1997), na ocasião, ela sofreu uma reforma estatutária, apresentando-se sob o nome de Associação Desportiva e Recreativa “23 de Setembro”, em alusão à data de fundação do município de São Bento do Sul. O autor não explica as razões para a escolha dessa denominação, que ocultou a atividade que era a base dessa agremiação: o tiro. Contudo, isso também ocorreu em outros locais de Santa Catarina. Ferreira e Abreu (2005) explicam que, na região de Blumenau (SC), quando os clubes de caça e tiro foram reabertos, a partir do final da década de 1940, os seus dirigentes procuraram ocultar as ligações tanto com o

tiro quanto com o passado teuto-brasileiro. Tratava-se, prosseguem as autoras, de uma das formas encontradas por eles de adaptar a prática desse esporte aos novos tempos e de evitar novos problemas.

A partir da década de 1950, a Associação Desportiva e Recreativa “23 de Setembro” passou a oferecer aos seus sócios outra modalidade esportiva além do tiro, o bolão (fig. 13). Em 1953, a agremiação passou a se chamar Clube de Tiro, Caça e Pesca “23 de Setembro” e, tal como o tiro ao alvo, no interior dessa agremiação foram formadas diversas equipes, que junto com os treinos regulares, participaram de torneios e demais formas de sociabilidades, como por exemplo, festas e jantares.



Figura 13: cena de uma competição de bolão em São Bento do Sul. Acervo: AHSBS.

Seyferth (1990) afirma que, mesmo após todos os problemas decorrentes da Campanha de Nacionalização (1938) e do seu recrudescimento, entre 1942 e 1945, o associativismo teuto-brasileiro continuou sendo um espaço de afirmação e

manutenção da etnicidade entre os seus associados, tal como foi no passado. No caso específico do tiro, muitas das antigas tradições deste esporte continuaram a ser praticadas, como por exemplo, a festa do tiro de rei. Entretanto, com certas adaptações, conforme mostram as figuras 14, 15 e 16, onde são registrados flagrantes de desfiles ocorridos em São Bento do Sul, alusivos à festa do tiro de rei, celebrada entre os atiradores da Associação Desportiva e Recreativa “23 de Setembro”. Já não há mais as carabinas, os chapéus e as túnicas de outrora. Afinal, junto com a redemocratização da sociedade brasileira, vieram novas leis que restringiam o porte e o uso público de armas de fogo.



Figura 14: flagrante de desfile alusivo à festa do tiro de rei. Acervo: AHSBS.



Figura 15: outro aspecto do mesmo desfile alusivo ao tiro de rei. Atrás do músico, situado no canto esquerdo, é possível visualizar o rei do tiro e seus príncipes. Acervo: AHSBS.

Contudo, o estilo das medalhas portadas pelos atiradores das figuras 14 e 15 é o mesmo que a dos atiradores de outrora, inspiradas nas condecorações e demais medalhas militares. Esse fato indica que, ao mesmo tempo em que a Associação Desportiva e Recreativa “23 de Setembro” procurou se adaptar à realidade da segunda metade do século XX, ela manteve muito das suas tradições, o que não é de se estranhar, pois elas eram fundamentais para com a identidade do clube.



Figura 16: flagrante de desfile alusivo à festa do tiro de rei em São Bento do Sul. No canto inferior esquerdo, é possível ver um indivíduo segurando a placa sobre a qual ocorreu a disputa do tiro de rei. Ao centro, de chapéu escuro e banda branca, o rei, ladeado pelos seus príncipes. Acervo: AHSBS.

Outro detalhe importante na cerimônia retratada é a presença constante dos músicos, responsáveis por animar a festividade. Desde 1913, a Banda Tremi garante a animação das festas de tiro de rei daquela agremiação. Aliás, o seu atual local de ensaio é a sede da Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”. Porém, a presença dos músicos não ocorre apenas em ocasiões festivas. É costume nesse clube, quando um atirador morre durante a época do tiro de rei, a Banda Tremi acompanhar o cortejo fúnebre.

[...] caso algum atirador venha falecer durante o período da festa, eles [os músicos da Banda Tremi] precisam estar presente para fazer as honras durante o enterro. Tirando a carroça que não é mais utilizada, ele ainda é feito nos mesmos moldes. A bandeira do clube em cima do caixão. Ele é levado pelos atiradores uniformizados e sem medalhas, saindo do clube. Aqui no clube foram feitos, até hoje, apenas três velórios. O Sr. Adolfo Pfützenreuter, o meu avô e, neste ano, o Sr. Ivo Patscheski. Eram três pessoas de destaque, que

gostavam do tiro e incentivavam a sua prática. A Banda Tremi ela toca na hora que o cortejo fúnebre sai e lá no cemitério, quando desce o caixão, eles tocam uma música. Durante a despedida da família, o pistonista toca o silêncio. Depois, quando a Banda Tremi sai do cemitério, ela toca a música “Ato em camarada”, que é a “velhos companheiros”, “velhos camaradas”. Então, ela vai saindo do cemitério em cortejo (FENDRICH, 2009, p. 7).

A festa do tiro de rei permaneceu como o principal evento do calendário dessa agremiação. Uma celebração que continuou a envolver o atirador e sua família. É o que recorda Mary Charlotte Borges Grossl de Mello (2009):

[...] desde que eu lembro, nós em casa sempre curtíamos o momento do tiro. Então, desde pequena, a cada ano, a cada festa, a cada coisa que acontecia, a família inteira participava. Quando o meu pai não atirou mais, ele faleceu, ainda sim, nós continuamos por algum tempo participando tanto das festas quanto dos encontros e eram muito bons. Era uma coisa que marcou realmente (**Ibidem**, p. 1).

Falecido em 1998, seu pai, Werner Grossl foi, por décadas, o artista responsável pela pintura das placas sobre as quais ocorriam as provas do tiro de rei da Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”. A respeito dessas competições, ela lembra que:

Começava pela manhã com uma festa do tiro. Todos atirando e nós observando quem atirava melhor e quem não atirava. Depois era um almoço bastante festivo. Daí tinha a escolha do rei. Nessa hora o rei estava em casa e o pessoal vinha buscá-lo, a banda vinha buscá-lo, levavam-no para o clube e aí era festa. Era café e festa e terminava, inclusive, com um baile com dança (**Ibidem**, p. 1).

Ela ainda recorda que, quando era pequena, entre 11 e 12 anos de idade, seu pai pediu para que carregasse a placa, durante o desfile do tiro de rei. Era costume que jovens carregassem as placas, durante as cerimônias públicas que ocorriam durante a festa do tiro de rei. Sobre esse fato, Mello (2009) brinca e comenta que,

além de ficar honrada pelo pedido, não imaginava o quanto pesava a tal da placa que era feita em madeira maciça.

No início da década de 1960, foi introduzida uma nova modalidade de tiro ao alvo em São Bento do Sul, conhecida como tiro-seta. O fato ocorreu em 15 de novembro de 1961, quando foi fundado, na Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento – SGDSB, o Clube de Tiro Águia Negra. Donaldo Kneubühler (2009) relata que a nova agremiação surgiu a partir da iniciativa de alguns sócios da SGDSB, entre os quais Curt Behr e Eugênio Rudnick. De acordo com o depoente, foi através de contatos com os clubes de tiro seta existentes em Joinville, que a modalidade foi trazida para São Bento do Sul. Da mesma forma que nesse município, o associativismo teuto-brasileiro em Joinville é bastante antigo e coincide com as suas primeiras décadas de existência. Entre as diversas instituições étnicas existentes nesse município, destacam-se os clubes de tiro. Kneubühler (2009) suspeita que, os clubes de tiro joinvilenses com os quais os fundadores do Águia Negra entraram em contato deveriam estar localizados em Pirabeiraba. Eugênio Rudnick era natural de lá. Em 1894, foi fundada a primeira sociedade de atiradores daquela região, a *Schützenverein Pirabeiraba*. Em 1906, outra agremiação foi criada, a *Schützenverein Tell*. Com o tempo, novas instituições foram abertas, sendo que muitas delas existem até hoje em Pirabeiraba (OLIVEIRA NETO, 2009).

Inicialmente, em São Bento do Sul, o tiro seta era praticado de maneira improvisada. O estande estava localizado no porão da antiga escola de música da SGDSB, onde hoje está localizado o prédio da filial local do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, à Rua Capitão Ernesto Nunes, número 89, no centro de São Bento do Sul (KNEUBÜEHLER, 2009).

Indagado sobre as razões para o nome Águia Negra, Arnaldo Harms (2010) explica que, ele é uma alusão a um dos símbolos do antigo Império Alemão, que era, justamente, uma águia negra. Afinal, seus fundadores eram descendentes de alemães e possuíam uma forte ligação com a Alemanha, local de origem dos seus antepassados. Fora isso, prossegue, o atirador deveria ser tão certo quanto uma águia é durante sua caçada. Harms (2010) também informa que, um dos motivos para a criação do Clube de Tiro Águia Negra foi o de oferecer mais uma opção de esporte para os sócios da SGDSB que, na época oferecia diversas modalidades, entre as quais atletismo, basquete, ginástica e punhobol.

De acordo com ele:

A fundação do Clube de Tiro Águia Negra ocorreu por um acaso dos associados da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento que, nos áureos tempos de outrora, vinham à sociedade aos Domingos para praticar atletismo e punhobol no seu campo de atletismo, tanto homens quanto mulheres. Jogar tênis e basquete, pois também tinham campos. Tudo ao ar livre. A fundação do Clube de Tiro Águia Negra ocorreu na velha sede, na casa da esquina, com um punhado de velhos associados que chegou à conclusão que São Bento do Sul ainda não tinha um tiro, um clube de tiro [seta]. O andar da carruagem foi mais ou menos assim: puxa vida, aqui, quando chove, nós não sabemos o que fazer. Nos arredores, nas outras cidades, já havia muitos clubes de tiro. Posso citar, como por exemplo, Joinville e Jaraguá do Sul. Mas, aqui em cima, em São Bento do Sul, nós do Clube de Tiro Águia Negra fomos os primeiros a começar com o tiro [seta]. Foi mais um entretenimento para ter o que fazer, um lazer a mais nas horas de folga. Aí, começou a fluir e, naturalmente, nós íamos atirar em outros lugares, principalmente, em Pirabeiraba [Distrito do município de Joinville, SC] e Joinville, onde já existiam esses clubes. Então, nós fazíamos até um intercâmbio. (*Ibidem*, p. 1).

O depoimento de Harms (2010) é um exemplo de como as comunidades teuto-brasileiras mantiveram suas relações com a cultura alemã, mesmo após todas as tentativas de assimilação por parte das autoridades brasileiras. Seyferth (1990) explica que, as manifestações de etnicidade continuaram a existir após 1945, tendo

no associativismo um meio de expressão. Assim, não é à toa que os fundadores do Clube de Tiro Águia Negra escolheram esse nome e mesmo o tiro como esporte a ser praticado.

Fundada em 26 de junho de 1925, a Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento – SGDSB surgiu a partir de uma tradicional *Turnverein* teuto-brasileira, inspirada nas ideias do ativista político e pedagogo alemão Friedrich Ludwig Cristoph Jahn (1778 – 1852), que via na prática da ginástica um meio de fortalecer fisicamente e espiritualmente o povo alemão (ELIAS, 1997 e GUEDES, OLIVEIRA NETO e OLSKA, 2008). Na época em que o Clube de Tiro Águia Negra foi fundado, 1961, a SGDSB era uma das mais importantes instituições sociais de São Bento do Sul. Em torno do esporte, realizavam-se diversos eventos, tais como apresentações de teatro, competições desportivas e muitos bailes. Nesse sentido, as lembranças de Harms (2010) são ricas em detalhes. Seu envolvimento com a SGDSB ocorreu através dos seus pais que eram sócios desta agremiação. Por volta dos dez anos de idade, passou a praticar ginástica, tornando-se, mais tarde, instrutor. Junto com Eugênio Rudnick, Curt Behr e outros associados, foi um dos fundadores do Clube de Tiro Águia Negra.

Eu comecei a fazer ginástica infanto-juvenil com nove ou dez anos [...]. Os bailes e demais atividades eram feitas no Salão Becker. Todos os eventos da sociedade eram realizados no antigo Salão Becker, onde hoje tem aquele prédio perto do posto de gasolina. Lá estava situado o Salão Becker. Ali, ocorreu uma parte do desenvolvimento da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. Porque, lá eram realizados os bailes de carnaval e as apresentações de ginástica. Tinha um baile na sociedade ginástica, antes do seu início, fazia-se uma apresentação de ginástica de solo e de aparelhos, barra, cavalos, argolas, enfim. O corpo de ginastas da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento se apresentava antes de um baile e isso é muito importante! É muito interessante, antes de um baile, fazia-se uma apresentação de ginástica e o povo aplaudia, aplaudia! Ela começava com os pequenos, depois passava pelos médio e os grandes. Naquele salão também se praticava basquete e outros esportes de salão. Tinha o, isso hoje eu

nunca mais vi, eu só conheço o seu nome em alemão, *Pressball*. Levantava-se uma rede, tipo rede de vôlei, e se batia na bola com o punho, jogando-a no chão, tendo que mandá-la para o outro lado da rede. O adversário tinha de fazer a mesma coisa. Isso era o tal do *Pressball*, uma palavra que significa, mais ou menos, “bola prensada”. A Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento tinha muita presença aos Domingos, no campo de atletismo. Inclusive, devo dizer que, São Bento do Sul sempre foi muito bom em atletismo, lançamento de dardo, salto em altura, corrida. Isso tudo fazia parte da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. E, eu entrei na sociedade fazendo ginástica no Salão Becker quando menino (*Ibidem*, p. 2 – 3).

Além disso:

As moças também faziam ginástica. Também se apresentavam no Salão Becker de uniforme branquinho, saia de plicê, cheia de dobrinhas. São histórias muito bonitas que, realmente, envolveram a sociedade. Naquele tempo, ela tinha vida. Eu acho que o pessoal gostava disso que fazia. Também, não tinha muito divertimento. Tudo isso aconteceu no Salão Becker, os bailes da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. O salão sempre estava repleto. Nós também tínhamos o famoso Jazz lara, que abrilhantava os bailes. Era um jazz formado por músicos daqui de São Bento do Sul. Era o Senhor Jazz lara. Naquele tempo, a bateria começava a música e batia em cima do bumbo e tinha uma caixinha de madeira, pek, pek, pek ... e aí, todo mundo corria para dançar. Não se ficava sentado olhando, observando. Era muito, mas muito bom (*Ibidem*, p. 3).

O depoente ainda acrescenta que, havia uma forte ligação entre a SGDSB e a cultura alemã, o que vai ao encontro da idéia de que esse tipo de instituição era um espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira (MAZO e GAYA, 2006). Inclusive, ocorriam intercâmbios entre essa sociedade e instituições congêneres, situadas na região e nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

[...] nós tínhamos [...] ligação com Curitiba (PR) e Rio Grande do Sul, SOGIPA (Sociedade de Ginástica Porto Alegre). Os ginastas do Rio Grande do Sul vieram nos prestigiar durante um aniversário da sociedade e se apresentaram no salão pequeno da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. A sociedade começou com o salão pequeno. Lá, nós começamos a fazer ginástica. Com tempo, foi deixamos de praticar ginástica no salão. Mas, foi no salão

pequeno que os ginastas do Rio Grande do Sul vieram nos prestigiar, também em um baile que a sociedade realizou. Em um baile, eles vieram se apresentar. Isso era uma coisa linda, era bem aceito pelo público. (*Ibidem*, p. 4 – 5).

Harms (2010) ainda recorda que, um dos momentos mais significativos desses intercâmbios desportivos vinha após as atividades esportivas, quando ocorriam as confraternizações entre as equipes envolvidas. Ele lembra que, junto com a bebida e a comida, os comensais cantavam hinos e demais músicas em alemão.

A partir do Clube de Tiro Águia Negra, o tiro seta se expandiu por São Bento do Sul, sendo adotado, inclusive, pela tradicional Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”. Contribuíram para com isso dois fatores, a saber: 1) O baixo custo para a implantação e manutenção da modalidade; 2) A ausência de envolvimento com órgãos militares e policiais. Afinal, o tiro seta é praticado através de uma carabina de ar comprimido. Grosso modo, nessa modalidade o atirador dispara uma seta de metal, conhecida como “pluma”, contra um pequeno alvo situado a dez metros de distância. Ganha aquele que, após uma série de seis disparos, fizer mais pontos. Quanto mais próximo do centro do alvo, maior é o ponto. Em Santa Catarina, a modalidade é regulamentada pela Federação Catarinense de Caça e Tiro Esportivo – FCCTE. Entre outras atribuições, ela é responsável pela organização do campeonato catarinense de Carabina Ar Comprimido Seta, nome oficial da modalidade. Junto a ela, os clubes de tiro catarinenses são registrados. A competição ocorre anualmente, ao longo de cinco etapas, que acontecem em municípios distintos, como por exemplo, São Bento do Sul e Joinville, que já sediaram fases dessa competição. Atualmente, existem em Santa Catarina clubes de tiro espalhados por vinte e um municípios, conforme situa a figura 17.

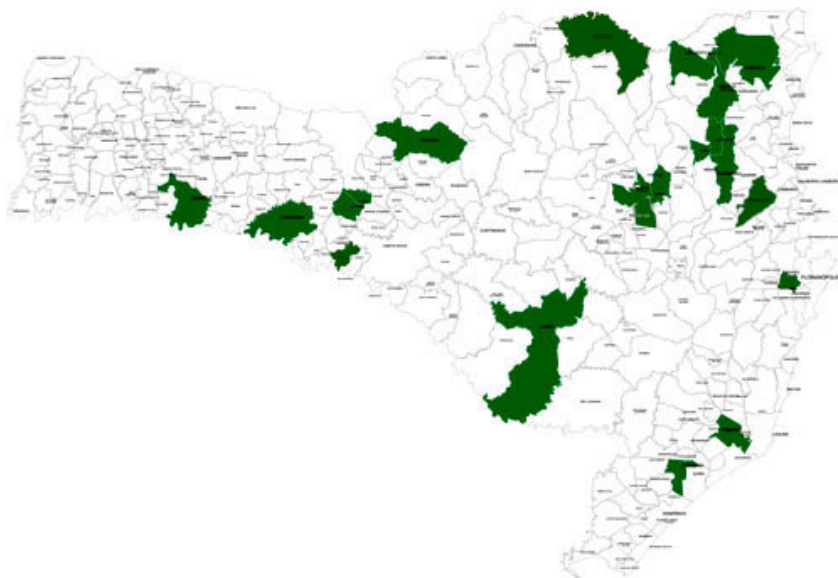


Figura 17: a geografia do tiro esportivo em Santa Catarina. Fonte: FCCTE (2010).

É interessante notar que, além da presença de clubes de tiro nos municípios catarinenses de origem alemã, como por exemplo, Blumenau, Joinville e São Bento do Sul, conforme foi discutido durante o capítulo anterior, percebe-se a existência de sociedades de atiradores em municípios que não tem origem direta com a colonização alemã. Apesar de existirem discursos e práticas que continuam a associar o tiro com a cultura teuto-brasileira, isso já não é mais hegemônico. Em São Bento do Sul, esse distanciamento acontece, principalmente, no tiro seta praticado nas recreativas de empresas, como por exemplo, a ARSIPER e a Buddemeyer. Fato esse que também ocorre em outros municípios, como por exemplo, Joinville (GUEDES, 2010).

Da mesma forma que em outras cidades, o campeonato estadual de tiro seta é levado muito à sério pelos atiradores são-bentenses. Tanto que há uma entidade responsável por selecionar e organizar a participação da equipe de São Bento do Sul no certame. Trata-se da Associação São-Bentense de Tiro Seta – ASBETS. Até a sua criação, o município enviava três equipes de atiradores às etapas do

campeonato estadual. Assim, dividiam-se forças e São Bento do Sul ficava em uma colocação aquém do esperado. Além disso, não havia qualquer apoio financeiro por parte da Fundação Municipal de Esportes de São Bento do Sul, o que fazia com que os próprios atiradores tivessem de arcar com os custos da sua participação nas fases dessa competição.

Não se sabe ao certo onde e quando surgiu o tiro seta. Carlos Buddemeyer (2009) informa que, a modalidade não existe fora do Brasil. Acredita-se, que ela seja derivada do tiro com chumbinho, também praticado com uma carabina de ar comprimido. Porém, além de maior, essa não dispara uma pluma, mas um pequeno projétil de chumbo.

Atualmente, pratica-se em São Bento do Sul três modalidades de tiro, as quais são: carabina ar seta ou tiro seta; carabina calibre 22 apoiada; revólver calibre 38. Essas duas últimas são praticadas apenas na Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”, pois é o único local no município que possui a infraestrutura necessária para essas duas modalidades. Já o tiro seta, é praticado em outros locais do município. De acordo com Buddemeyer (2009), existem hoje, em São Bento do Sul, 12 equipes de tiro seta, oriundas de sociedades desportivas e recreativas de empresas. Estima-se que, aproximadamente, trezentas pessoas pratiquem o tiro seta em São Bento do Sul.

Questionado sobre isso, Lisandro Fendrich (2009) avalia que, devido ao baixo custo de investimento e a burocracia inexistente, é normal que o tiro seta seja a modalidade com o maior número de praticantes no município. Essa situação também ocorre em outros municípios catarinenses, como por exemplo, Joinville. Entre as dezessete agremiações de atiradores existentes no lugar, apenas uma, a Sociedade de Atiradores Cruzeiro Joinvilense, tem condições para oferecer

modalidades de tiro que envolvem armas de fogo (GUEDES, 2010). Tânia Maria Besen Barg (2009) explica que, o tiro de carabina 22 apoiada é um “tiro” caro. Pois, além dos custos com a documentação exigida, tanto a manutenção quanto a munição são caras. A depoente prossegue e relata que, em virtude disso, ela limita os seus treinos a uma vez por mês. Em São Bento do Sul, os treinos da modalidade carabina 22 apoiada, que ocorrem nas dependências da Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”, acontecem sempre no segundo Domingo de cada mês, conforme uma tradição que é mantida há décadas. Essas dificuldades também são percebidas por atiradores de outros locais, como por exemplo, Gérson Mertens (2008), um atleta joinvilense. Aos 50 anos de idade, ele atira desde os 19. O tiro é para ele, uma tradição de família. De acordo com ele:

[...] quando se fala em Tiro, hoje em dia, fica um pouco [...] complicado, porque a cada vez eles [as autoridades públicas] estão sendo mais enérgicos em cima da questão de armas, [...] eu até concordo com isso, está correto, e essa prática de Tiro daqui da Associação Atlética TUPY, é uma prática de Tiro com uma espingarda de ar comprimido, que na verdade não é uma arma de fogo. Esse tipo de arma, ela não exige nenhum documento especial pra você ter, você precisa ter apenas ser maior de idade, então não é tão complicado, é uma modalidade simples de Tiro. Já quando você fala de uma arma de bala real, Calibre 22, aonde eu também faço parte, pela Sociedade hoje, Cruzeiro Joinvillense, represento Joinville nos torneios Estaduais, por isso nos fins de semana eu viajo bastante, agora nós temos em Blumenau, Pomerode, Timbó, em todos os lugares, então ali já exige um pouco mais, já exige um registro no Exército, um documento que eu tenho até aqui comigo, um documento chamado CR, você passa por um teste de tiro, uma série de coisas, então já exige um pouco mais. Essa modalidade de Tiro da TUPY aqui, ela é boa porque ela é barata, a seta que você usa você recupera novamente, não é um tiro assim, digamos, um tiro perigoso, apesar de sempre que é uma arma, acho que valem as mesmas regras que você usa com uma arma de fogo, você tem que usar pra um tipo de arma dessa daí, mas o perigo não é tão grande, e é mais fácil de você participar (**Ibidem**, p. 1 – 2).

Segundo dados fornecidos por Paulo Modenhauer (2009), em 2009 existiam doze equipes de tiro seta em São Bento do Sul:

1. Clube de Tiro Águia Negra (masculino) – Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento;
2. Clube de Tiro ARSIPER (masculino) – Associação Recreativa Sicap / Tuper;
3. Clube de Tiro Bacamarte (masculino) – Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”;
4. Clube de Tiro Buddemeyer (misto) – Buddemeyer S.A;
5. Clube de Tiro Companhia do Tiro (feminino) – Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento;
6. Clube de Tiro 8 de Março (feminino) – Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento;
7. Clube de Tiro *Scheune* (masculino) – Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”;
8. Clube de Tiro Serra Alta (feminino) – Sociedade Esportiva e Recreativa São Bento;
9. Clube de Tiro Serra Alta (masculino) – Sociedade Esportiva e Recreativa São Bento;
10. Clube de Tiro Seta Dourada (feminino) – Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”;
11. Clube de Tiro Seta São Bento (feminino) – Sociedade Esportiva e Recreativa São Bento;
12. Clube de Tiro “Tiro Certo” (masculino) – Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento.

Dois fatos chamam a atenção na listagem. A existência de dois ou mais clubes de tiro em uma mesma sede e, com exceção da Buddemeyer S.A, a inexistência de clubes mistos. Cabe aqui um esclarecimento: clubes mistos, na

linguagem dos atiradores são-bentenses, significa que homens e mulheres pertencem à mesma agremiação, independente do fato de que, em competições, existirem os naipes masculino e feminino. Outro termo que merece explicação é clube de tiro. Embora muitos deles compartilhem armas, equipamentos e sedes, ou mesmo pertençam a uma instituição maior, como é o caso da Sociedade Esportiva e Recreativa São Bento, cada clube de tiro é uma unidade autônoma e tem diretoria e estatutos próprios, sendo que uma agremiação não se intromete na rotina da outra, mesmo que tenham sede comum.

No caso da SGDSB, por exemplo, todas as suas equipes se reúnem e atiram em um mesmo estande e compartilham o mesmo equipamento. Inclusive, cada clube tem um espaço reservado nas paredes do estande para acondicionar suas placas de tiro de rei e demais objetos de memória. Cada clube tem seu próprio calendário e rotina. O Clube de Tiro Águia Negra, por exemplo, reúne-se todas às Sextas-Feiras, a partir das 19 horas. Sua festa de tiro de rei acontece durante o final de cada ano, entre os meses de novembro e dezembro. Modenhauer (2009) relata que, na SGDSB, nenhum dos seus clubes de tiro interfere na rotina do outro, sendo poucos os contatos entre eles. A ocasião em que os atiradores dessa sociedade se encontram é durante a competição Rei dos Reis, um certame bienal promovido pela SGDSB que reúne os reis, príncipes e xerifes dos clubes de tiro seta existente no município. Segundo Mertens (2008), a competição também ocorre em Joinville.

Perguntado sobre a divisão dos clubes de tiro por gênero em São Bento do Sul, Modenhauer (2009) relaciona essa característica às tradições junto as quais o tiro esportivo está relacionado. Para ele, há profundas ligações entre esse esporte e a cultura alemã. Embora Fouquet (1974) afirme que, no passado, já existissem grupos de atiradoras, basicamente o tiro era uma atividade masculina. Porém, o

depoente prevê que é uma questão de tempo para isso mudar. Contudo, como explica Laraia (1995), todas as mudanças em uma determinada cultura geram resistências por parte de seus membros. Esse é o caso da presença feminina no tiro, em São Bento do Sul. A resistência às mulheres atiradoras no município é forte na modalidade carabina 22 apoiada, praticada na Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”. Lá, no entanto, os treinos e as efemérides relacionados à carabina 22 apoiada são mistos. Esse fato gera uma situação embaraçosa nessa agremiação, principalmente durante a sua festa do tiro de rei. Muitos de seus sócios não concordam com o fato de uma mulher participar do tiro de rei, já que esta é uma disputa, segundo as tradições do clube, masculina.

Barg (2009) recorda que, foi bastante difícil para que os sócios mais antigos da Sociedade de Atiradores “23 de Setembro” aceitassem que ela participasse da prova do tiro de rei. Ela lembra que, na ocasião, foi realizada uma espécie de “reunião de cúpula” entre os principais atiradores para decidir se ela poderia ou não participar. Ela ainda comenta que, quando mulheres venceram pela primeira vez o tiro de rei da carabina 22 apoiada, na placa do tiro de rei não aparecia o título de rainha, tal como acontece hoje, mas “rei”. A divisão entre gêneros é algo que permanece também em outras agremiações existentes em Santa Catarina. Essa separação é bastante clara nos registros iconográficos dos clubes de tiro da região do vale do Itapocu. Nas imagens oficiais dessas agremiações são retratados homens de um lado e mulheres de outro, tal como nos desfiles, onde aparecem as “alas” feminina e masculina (KITA, 2000).

3.5 Tradições e adaptações.

Uma das questões que norteiam esta dissertação se refere às mudanças e continuidades existentes na prática do tiro em São Bento do Sul. Ao realizarmos nossa pesquisa, percebemos que o esporte se mantém no município há mais de cem anos, através de um processo de adaptação das suas tradições aos diferentes contextos históricos pelos quais São Bento do Sul passou.

Tal como no passado, a prática do tiro esportivo, independente da modalidade, vai além dos estandes. Ocorrem em torno dele treinos regulares, competições, festas e demais formas de sociabilidade que, em pequena ou grande medida, afetam o estilo de vida dos seus praticantes.

Para Jonny Zulauf (2009), por exemplo, além de uma tradição familiar, o tiro faz com que ele desenvolva a calma e a concentração, qualidades que um bom atirador deve possuir e que ele as leva para o seu ofício de advogado e professor. O tiro e as sociedades de atiradores são aspectos importantes na vida das pessoas que entrevistamos, as quais reservam, pelo menos, uma noite da semana para a prática desse esporte.

O ponto alto das atividades desenvolvidas pelos atiradores continua a ser atingido durante as festas do tiro de rei. Nelas, é possível identificar as mudanças e continuidades em torno do esporte. Com exceção dos praticantes da modalidade carabina 22 apoiada, a celebração ocorre entre os meses de novembro de dezembro, período de Natal e Ano Novo, quando o ritmo de trabalho em empresas e órgãos públicos diminui. Cada agremiação em São Bento do Sul promove o seu tiro de rei, que já não dura mais três dias, mas apenas um Domingo, como é o caso do Clube de Tiro Águia Negra. Geralmente, a festa é composta por um almoço, que é seguido por uma carreata até a sede do clube. Lá, durante a tarde, acontece a disputa do tiro de rei. Trata-se, de uma prova comum de tiro seta, cujo campeão é

agraciado com o título de rei do tiro. Da mesma forma que a carabina 22 apoiada, há a placa, porém ela serve apenas como troféu.

Já os adeptos da modalidade carabina 22 apoiada procuram ser mais “fiéis” às práticas centenárias mantidas na Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”. Promovem o tiro de rei sempre no segundo Sábado após a Páscoa. A prova é realizada sobre a placa que, tal como no passado, é decorada com temas escolhidos pelo rei do ano anterior. Há nesse clube um anseio por afirmar e manter uma identificação com a cultura alemã. Esse fato também acontece no tiro seta, porém é muito mais intenso na carabina 22 apoiada. Tanto que, é costume entre os praticantes dessa modalidade afirmar que o alemão é o idioma do tiro (FENDRICH, 2009).

Contudo, nem a Sociedade de Atiradores “23 de setembro” (a Sociedade recebeu esta denominação em 1991, após uma reforma estatutária) está livre de adaptações. A festa do tiro de rei dura apenas um dia, como nos demais clubes. O desfile alusivo à celebração já não ocorre mais pelas ruas da cidade. Os sócios se reúnem na sede do clube e embarcam em um ônibus fretado que os leva até a residência do rei do tiro. Lá, ao som da Banda Treml, realizam o desfile e prestam as devidas homenagens ao rei (**Ibidem**).

A associação do tiro com tradições alemãs não é um fenômeno exclusivo de São Bento do Sul. Recentemente, ela foi exposta e reforçada pelo documentário **Schützenverein – Festas de Rei**, exibido pela emissora de televisão aberta Rede Brasil Sul – RBS. Nele, são retratados os clubes de tiro existentes no vale do rio Itajaí, em Santa Catarina. Trata-se de uma área de colonização alemã, onde o tiro, desde o século XIX, é uma importante manifestação cultural (FERREIRA e ABREU, 2005; PETRY, 1982). A associação entre o tiro com a cultura alemã também é

visível em Jaraguá do Sul (SC), que promove anualmente uma festa municipal denominada *Schützenfest*. Ela é realizada desde 1989, através de uma parceria entre a Associação dos Clubes e Sociedades de Tiro do Vale do Itapocu – ACSTVI e a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (KITA, 2000). Aliás, o tiro ao alvo é apropriado por muitos órgãos municipais de cultura e turismo em Santa Catarina, como por exemplo, Blumenau e Podemore (PETRY, 1982; ZIMMER, 1994). Neles, o tiro ao alvo é apresentado como parte das suas identidades culturais.

Assim, entre mudanças e continuidades, o tiro se mantém em São Bento do Sul. Um esporte centenário, um patrimônio cultural, cuja história vai além dos estandes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expusemos e discutimos ao longo deste trabalho as dimensões históricas de um esporte, cuja prática é centenária em São Bento do Sul: o tiro. Nossa intenção com esta pesquisa foi de destacar os aspectos patrimoniais do tiro esportivo são-bentense. Em outras palavras, procuramos, através de uma abordagem historiográfica, defender a ideia de que o tiro e as sociedades de atiradores são patrimônios culturais do município de São Bento do Sul, mesmo que ainda não tenham sido reconhecidos pelo poder público.

Nesse sentido, é importante reforçarmos o conceito de patrimônio cultural utilizado nesta dissertação, ou seja, como qualquer bem material ou imaterial, produzido pelo homem ou pela natureza, cuja manutenção é importante para o grupo social ao qual ele está relacionado. O patrimônio cultural é relevante na medida em que é um dos alicerces usados pelas pessoas na construção das suas respectivas memórias e identidades, como foi possível perceber no decorrer das entrevistas que realizamos com atiradores são-bentenses, como por exemplo, Fendrich (2009) e Zulauf (2009).

Atualmente, cresce o interesse entre os indivíduos e as instituições pelo patrimônio cultural (FUNARI e PELEGRINI, 2006; VOGT, 2008; ZANIRATO e RIBEIRO, 2006). Esse fato é atribuído às transformações socioculturais promovidas pela globalização que, através de novas tecnologias no campo da comunicação, extrapolaram a economia, à qual ela estava, inicialmente, circunscrita (DANIELS e

HYSLOP, 2004). De acordo com Hall (2006), a construção de novas formas de identidades culturais faz parte desse processo, bem como a afirmação de outras já existentes, como observou Costa (2002). A identificação de bens patrimoniais é parte desse novo jogo identitário, já que é um dos seus fundamentos. Acreditamos que resida aí a preocupação existente entre muitos sócios da Sociedade de Atiradores “23 de Setembro” na manutenção ou mesmo retomada de antigas tradições existentes em torno do tiro esportivo, como por exemplo, o uso de uniformes (FENDRICH, 2009).

As práticas e representações desportivas são formas de patrimônios culturais. O esporte é uma atividade física mediada por um conjunto de regras que, em torno dela são agregadas ações e ideias que influenciam nas culturas, nos estilos de vida ou nas visões de mundo dos seus praticantes. Como afirmam Stigger (2002 e 2009) e Guedes (2010), o esporte não é um aspecto à parte da vida das pessoas. A partir dele, identidades, memórias e práticas sociais são construídas e reconstruídas. É o que reforça a trajetória do tiro esportivo em São Bento do Sul.

Oficialmente, ele começou a ser praticado no município em 1895, quando foi fundada a *Schützenverein São Bento*, atualmente Sociedade de Atiradores “23 de Setembro”. Tal como outras agremiações fundadas em São Bento do Sul durante o final do século XIX, ela estava ligada à sua comunidade teuto-brasileira. Até o início da década de 1960, essa era a única agremiação existente naquela cidade aonde era possível praticar o tiro ao alvo. Porém, com a fundação do Clube de Tiro Águia Negra, em 1961, começou um processo de expansão do esporte pelo município. Esse fato também se deve à introdução de uma nova modalidade de tiro em São Bento do Sul, que facilitou consideravelmente a difusão do esporte: a carabina ar seta ou, simplesmente, tiro seta, como é comumente conhecida entre os seus

praticantes. O baixo custo e o uso de uma carabina de ar comprimido foram importantes na difusão dessa modalidade. Existem hoje no município entre 340 e 350 atiradores, a maioria deles ligada à modalidade carabina ar seta. Por sua vez, há 12 clubes/equipes de tiro seta, sediados em recreativas empresariais e sociedades desportivas, como por exemplo, a Indústria Têxtil Buddemeyer S.A. e a Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento. Junto com isso também há uma crescente presença feminina nesse esporte.

Também chamaram nossa atenção nessa trajetória as mudanças e as permanências em torno do tiro são-bentense. Ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que seus praticantes procuraram manter tradições, como por exemplo, a festa do tiro de rei, os mesmos procuraram adaptar a modalidade aos novos contextos históricos. Nesse sentido, dois casos são significativos: a expansão do tiro seta e a existência de atiradoras, em especial na modalidade carabina 22 apoiada. Essas e outras adaptações às novas realidades da cidade e do país são relevantes, pois, acima de tudo, reforçando as colocações de Hall (2006), serviram para que esse esporte tradicional na cidade e região, o tiro, não morresse e continuasse a ser um dos alicerces das identidades e das memórias de seus praticantes, tal como outras formas de patrimônio cultural existentes em São Bento do Sul.

REFERÊNCIAS

Entrevistas orais

BARG, T. M. B. **Tânia Maria Besen Barg**: depoimento [dez. 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

BUDDEMEYER, C. **Carlos Buddemeyer**: depoimento [jun. 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

FENDRICH, L. **Lisandro Fendrich**: depoimento [abr. 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

HARMS, A. **Arnoldo Harms**: depoimento [jan. 2010]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2010. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

KNEUBÜEHLER, D. **Donaldo Kneubühler**: depoimento [jun. 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

MELLO, M. C. B. G. **Mary Charlotte Borges Grossl de Mello**: depoimento [maio 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

MERTENS, G. **Gerson Mertens**: depoimento [dez. 2008]. Entrevistadora: Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. Joinville: AAT, 2008. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa História da AAT.

MODENHAUER, P. **Paulo Modenhauer**: depoimento [dez. 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

ZULAUF, J. **Jonny Zulauf**: depoimento [maio 2009]. Entrevistador: Wilson de Oliveira Neto. São Bento do Sul, 2009. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para o projeto de pesquisa O tiro e as sociedades de atiradores em São Bento do Sul.

Artigos e livros

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- AMÉSTICA, Miguel Cornejo (*et. al.*) El skate urbano juvenil uma práctica social y corporal en tiempos de la resignificación de la identidad juvenil chilena. **Revista brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n.1, p. 39 – 53, set. 2006.
- ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL; UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Perfil socioeconômico de São Bento do Sul**. Joinville: Editora da UNIVILLE, 2008.
- BENTHIEN, Murielle Silveira Boeira. **Poloneses da Colônia São Bento** (1870 – 1930). 2005. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BLASKOVSKI, Andréa. **Sociedade Literária São Bento: do ontem para hoje um espaço às práticas de leitura**. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003 (Coleção Aldus; v. 18).
- CAMPBELL, Armando. Apêndice. In: PIA, Jack. **Insígnias nazistas**. Rio de Janeiro: Renes, 1976 (História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial; Especial Cores, v. 1).
- CAMPESTRINI, Carlos Augusto. **São Bento do Sul na Segunda Guerra Mundial**. São Bento do Sul: J.L., 2008.
- CARNIER Jr, Plínio. **Imigrantes: viagem, trabalho e integração**. São Paulo: FTD, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de; BITTENCOURT, José Neves. **Armas: ferramentas da paz e da guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991 (Coleção General Benício; v. 281).
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: _____. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO; Educarte, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.
- COERTJENS, Marcelo; GUAZZELLI, Cesar Barcellos; WASSERMANN, Cláudia. Club de Regatas Guahyba – Porto Alegre: o nacionalismo em revistas esportivas de um clube teuto-brasileiro (1930 e 1938). **Revista brasileira de Educação Física e esporte**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 249 – 262, jul. / set. 2004.
- DANIELS, Patricia S; HYSLOP, Stephen G. **Atlas da história do mundo**. São Paulo: Abril; National Geographic Brasil, 2004.

- D'ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Descobrimos o Brasil)
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E INFORMAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL. **Perfil da Alemanha**. Frankfurt; Meno: Societäts-Verlag, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana. (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003 (Didática; v. 1).
- FERREIRA, Cristina; ABREU, Anne Caroline Peixer. Os clubes de caça e tiro após a Segunda Guerra Mundial em Blumenau. **Blumenau em cadernos**, Blumenau, t. XLVI, n. 11/12, p. 65 – 87, dez. 2005.
- FICKER, Carlos, **São Bento do Sul**: subsídios para a sua história. 1ª parte. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1973.
- _____. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.
- FOSTEN, Donald; MARRION, Robert. **The German Army of World War I**. Oxford: Osprey Publishing, 1996 (Man-at-arms; 80).
- FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil (1808 – 1824 – 1974)**. São Paulo / São Leopoldo: Instituto Hans Staden / Federação dos Centros Culturais “25 de julho”, 1974.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006 (Ciências Sociais Passo-a-Passo; v. 66).
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002 (Repensando a história).
- GARRIDO, Fernando. Lazer e esportes no Rio de Janeiro – RJ. In: COSTA, Lamartine da (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Atlas do esporte, Educação Física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008 (Coleção Antropologia Social).
- GERTZ, René. **O perigo alemão**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998 (Síntese Rio-Grandense; v. 5).
- _____. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISSINOS, 1994.
- _____. **O Fascismo no sul do Brasil**: Germanismo; Nazismo; Integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987 (Documenta / SC; v. 1).
- GREGORY, Valdir. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. In: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Esporte e lazer em Joinville**: memórias da Associação Atlética Tupy. Joinville: Editora UNIVILLE, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HERKENHOFF, Elly. **Catálogo da exposição “Tiro ao alvo – documentário de uma tradição”**. Joinville: Museu de Arte de Joinville, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).
- _____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEEGAN, John. **História ilustrada da Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004 (História Ilustrada).
- KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro**. Florianópolis: Papa-livros, 1994.
- KRAUS, Andréa. Tiro. In: COSTA, Lamartine da (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Atlas do esporte, Educação Física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1995 (Coleção Antropologia Social).
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996 (Coleção Repertórios).
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MAGALHÃES, Fernando. **Museus, patrimônio e identidade**. Ritualidade, educação, conservação, pesquisa e exposição. Porto: Profedições, 2005.
- MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Presença alemã no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2004.
- MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAZO, Janice Zarpellon; FROSI, Tiago Oviedo. Em busca da identidade luso-brasileira no associativismo esportivo em Porto Alegre no princípio do século XX. **Revista brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 57 – 72, jan. 2009.
- _____. A nacionalização das associações esportivas em Porto Alegre (1937 – 1945). **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 43 – 63, set. / dez. 2007.
- _____; GAYA, Adroaldo. As associações desportivas em Porto Alegre, Brasil: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. **Revista portuguesa de Ciência do Desporto**, Porto, v. 6, n. 2, p. 205 – 213, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- OBERACKER Jr, Carlos Henrique. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **O Brasil monárquico: reações e transações**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969 (História Geral da Civilização Brasileira; v. 3, t. 2).
- OLIVEIRA NETO, Wilson de. O associativismo teuto-brasileiro em Pirabeiraba. **Pirabeiraba 150 anos: 150 anos de trabalho e tradição**, Joinville, p. 12 – 13, abr. 2009.
- PETRY, Sueli Maria Vanzuita. **Os clubes de caça e tiro na região de Blumenau: 1859 – 1981**. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1982.
- PFEIFFER, Alexandre. **São Bento do Sul na memória das gerações**. São Bento do Sul: edição do autor, 1997.
- UNESP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. As associações recreativas nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil: *kultur* e etnicidade. **Travessia**, São Paulo, p. 24 – 28, maio – ago. 1999.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999a.

_____. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Um estudo de desenvolvimento econômico. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1999b (Coleção Santa Catarina; v. 34).

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

_____. A estratégia do branqueamento. **Ciência hoje**, São Paulo, v. 5, n. 25, p. 54 – 56, jul. – ago. 1986.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí. Florianópolis: FCC Edições, 1981.

SOARES, Maria Elita. **Schuetzenverein “São Bento” / Clube de Tiro, Caça e Pesca “23 de Setembro”**. São Bento do Sul: Arquivo Histórico de São Bento do Sul, 1993.

_____. **São Bento do Sul**: sua história, seus documentos. São Bento do Sul: Prefeitura Municipal, 1992.

STIGGER, Marco Paulo. Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. **Revista brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 73 – 88, jan. 2009.

_____. **Esporte, lazer e estilos de vida**: um estudo etnográfico. Campinas: Autores Associados, 2002.

TÉTART, P. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: Edusc, 2002 (Coleção História).

TIME-LIFE. **Alemanha**. São Paulo: Abril Livros; Time-Life, 1991 (Nações do Mundo).

TREML, Ervin; PREISSLER, Raulino. **Schuetzenverein “São Bento”**: 90 anos. São Bento do Sul: Arquivo Histórico de São Bento do Sul, 1985.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris; Brasília: UNESCO; Ministério das Relações Exteriores, 2006.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13 – 31, jan / jun. 2008.

WHITAKER, Mark. Devotos do esporte. **Revista BBC História**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 8 – 13, 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não-renovável. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251 – 262, 2006.

ZIMMER, Roseli. Representando a germanidade na cidade mais alemã do Brasil: o desfile das Sociedades de Caça e Tiro. **Esboços**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 70 – 77, 1994.